

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO -----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----

----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco reuniu na sala um da Ordem dos Contabilistas, sita na Avenida Defensores de Chaves número oitenta e cinco letra B, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Paula Maria Tavares de Carvalho, Primeira Secretária, e Mafalda Sofia Dourado Santos Branco, Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Maria Ribeiro Martins Torres de Carvalho, Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes, Maria do Rosário de Sousa Nolasco de Medeiros, Maria de Fátima Martins Lopes Hipólito Samouqueiro e José Simão Nunes Caeiro. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luis Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira e André Oliveira Carrilho. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Sadik Salim Cassam. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** – Laura Cassandra Carvalho da Silva e João Quintas Godinho.-----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Rafael Medeiros Guerreiro. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1. Informação Escrita do Presidente – 4.º Trimestre de 2025; -----

----- 2. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Orçamento 2026 e GOP’s; -----

----- 3. Apreciação, Debate e Deliberação sobre o Mapa de Pessoal para 2026; -----

----- 4. Apreciação, Debate e Deliberação sobre a Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais; -----

----- 5. Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício a tempo inteiro do Presidente de Junta; -----

----- 6. Apreciação, Debate e Ratificação do Acordo de Transferência de Verba | Marchas Infantis das Escolas de Lisboa “Lisboa Cidade de Tradições - Alma de Lisboa”; -----

----- 7. Proposta para constituição de uma comissão para revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Isabel Maria da Silva Tavares, que justificou a sua ausência e foi substituída por Jorge Manuel dos Santos Freitas.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Marina Barros Rodrigues, Nuno Charters de Azevedo Moller Miranda, Hugo Alexandre Bogas de Sousa, Odília de Lurdes Camilo Vieira e Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata. -----

----- Às vinte horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- (Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia deu posse a Maria do Rosário de Sousa Nolasco de Medeiros e Sadik Salim Cassam como Membros da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas) -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- (Não houve intervenções neste ponto) -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** fez votos à Mesa de um trabalho isento e que não tivesse demasiados percalços e ao Executivo que as desavenças passadas fossem mesmo isso, passadas. O funcionalismo da Junta de Freguesia exigia um Executivo ativo. -----

----- O Livre era um partido relativamente recente, era um partido também recente na Cidade de Lisboa, onde foi crescendo por trazer propostas negligenciadas pelas restantes forças políticas e que correspondem aos anseios dos Lisboaetas. Referiu que uma delas era também era a ideia de ser central a arborização dos espaços que nos rodeiam. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

----- *Arborização do Bairro do Rego* -----

----- *A arborização urbana é hoje amplamente reconhecida como uma das políticas públicas mais eficazes para a melhoria da qualidade de vida em meio urbano, contribuindo para a redução das temperaturas locais, para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, para a melhoria da qualidade do ar e para a redução do ruído urbano.* -----

----- *A existência de árvores em arruamentos e espaços públicos tem impacto direto no conforto térmico, na experiência pedonal, na saúde pública - em particular das populações mais vulneráveis, como pessoas idosas - e na valorização do espaço urbano enquanto lugar de convivência e bem-estar coletivo.* -----

----- *Na Freguesia de Avenidas Novas, o Bairro do Rego destaca-se negativamente pelos seus índices especialmente baixos de arborização, configurando uma situação de desigualdade ambiental face a outras zonas da freguesia. A ausência quase total de árvores nos arruamentos do bairro traduz-se numa escassez de sombra, numa maior exposição a fenómenos de calor extremo e numa experiência pedonal pouco confortável, sobretudo durante os meses mais quentes.* -----

----- *De forma objetiva, verifica-se a inexistência ou quase inexistência de árvores em diversos arruamentos do Bairro do Rego, designadamente:* -----

----- *Rua Portugal Durão: 0 árvores;* -----

----- *Rua General Leman: 0 árvores;* -----

----- *Rua da Beneficência, um dos principais eixos viários do bairro: 0 árvores;* -----

----- *Rua Filipe da Mata, igualmente uma das maiores do bairro: 0 árvores;* -----

----- *Rua Cardeal Mercier: presença residual de árvores, concentradas apenas na zona envolvente ao mercado;* -----

----- *Rua Carlos Reis: 0 árvores;* -----

----- *Rua Falcão Trigoso: 0 árvores;* -----

----- *Rua Veloso Salgado: 0 árvores;* -----

----- *Rua Cristóvão Figueiredo: 0 árvores;* -----

----- *Rua Francisco Tomás da Costa: 0 árvores;* -----

----- *Rua Francisco de Holanda: 0 árvores;* -----

----- *Rua Jorge Afonso: presença pontual de árvores, sobretudo na envolvente da Escola Arnaldo Louro de Almeida.* -----

----- *Figura 1 - Arruamentos sem implantação arbórea assinalados a vermelho.* -----

----- *Este diagnóstico evidencia uma carência estrutural de arborização no Bairro do Rego, incompatível com os objetivos de adaptação climática, justiça ambiental e qualificação do espaço público assumidos pelo Município de Lisboa e pela própria Freguesia das Avenidas Novas.* -----

----- *O LIVRE entende que a melhoria do espaço urbano e o investimento em infraestrutura verde devem ser distribuídos de forma equitativa por todo o território da freguesia, não podendo subsistir bairros sistematicamente negligenciados em matéria de investimento ambiental e de adaptação às alterações climáticas.* -----

----- *Neste contexto, torna-se urgente promover uma intervenção estruturada e planeada de arborização no Bairro do Rego, baseada em critérios técnicos, ambientais e de participação pública, que contribua para a criação de um espaço urbano mais resiliente, mais habitável e socialmente mais justo.* -----

----- *Assim, os eleitos do LIVRE vêm propor que a Assembleia de Freguesia das Avenidas Novas delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia:* -----

----- *1. Que encete diligências junto da Câmara Municipal de Lisboa com vista ao desenvolvimento e implementação de um Plano de Arborização específico para o Bairro do Rego, que contemple a identificação de arruamentos e espaços públicos prioritários para intervenção e plantação arbórea;* -----

----- *2. Que, no âmbito desse plano, sejam executadas intervenções prioritárias de plantação de árvores nos arruamentos do bairro com inexistência ou manifesta insuficiência de cobertura arbórea, assegurando a adequação das espécies às condições urbanas e climáticas locais e uma real apropriação do espaço público pela comunidade.* -----

----- *Avenidas Novas, 15 de dezembro de 2025*-----

----- *Os eleitos do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, Laura Cassandra e João Godinho*----- ”

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o PSD, acompanhando no geral os fundamentos dessa recomendação, esse foi um tema que há já bastantes anos, pensava que ainda na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, chegou a ser discutido e algumas das ideias que eram propostas, bastante positivas, não eram viáveis na prática por questões de segurança, de largura da via e tudo isso, não suportava a arborização. No entanto, tendo em consideração as opções da Câmara Municipal já no passado, o PSD não se ia opor a essa ideia e iria abster na votação dessa recomendação.-----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** desejou que o mandato corresse sem problemas de maior, embora os primeiros augúrios não apontassem nesse sentido, mas a Freguesia precisava de um Executivo em pleno funcionamento.-----

----- Relativamente ao tema do Livre, obviamente que acompanhavam essas recomendações, que tinham sido abordadas ao longo de toda a cidade, embora a Freguesia de Avenidas Novas tivesse bastantes espaços verdes, mas concentrados nos parques e jardins. De facto, nalgumas ruas sentia-se alguma ausência de árvores que seriam úteis nos períodos mais quentes para zonas de sombreamento. Isso percebia-se logo quando iam numa rua sem árvores e entravam numa rua com árvores, sentia-se logo a descida da temperatura e nos períodos quentes a diferença era brutal. -----

----- Acompanhava também aquilo que o Membro Paulo Lopes disse, que algumas ruas podiam não ter essas condições, mas não era técnico e não sabia essas condições. Nesse sentido, o que propunham era que no ponto 2, se o Livre concordasse, acrescentar “a adequada mobilidade e a adequação das espécies”. Colocava a mobilidade para evitar, esperando não acontecer, mas como se colocavam sinais de trânsito e estações de

autocarro e outros obstáculos, por vezes não se conseguia transportar um carrinho de bebés ou uma cadeira de rodas. -----

----- Infelizmente tinha experiência disso, a sua mulher teve um problema numa perna uns meses atrás e tivera que andar com ela em cadeira de rodas e era muito difícil na maior parte das ruas, muitas vezes tinham que transitar na estrada, com o risco que isso tinha. Portanto, colocava a mobilidade e a adequação para lembrar esse aspeto fundamental para que os cidadãos pudessem passear no passeio. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que após a leitura desse documento apresentado pelo Livre, concordando sempre com a necessidade de mais arborização na cidade e na Freguesia, tinha apenas uma ressalva no que dizia respeito ao segundo ponto, onde era referido o seguinte: "Que no âmbito deste plano sejam executadas intervenções prioritárias de plantação de árvores nos arruamentos dos bairros com manifesta insuficiência de cobertura arbórea". -----

----- Sugeria que essa frase fosse retirada e fosse inserida a seguinte: "onde seja possível a sua plantação, de acordo com a intervenção técnica apresentada pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa". -----

----- Isso porque no primeiro ponto era remetido para os serviços da Câmara e depois parecia que estavam a obrigar a sua implementação. Era um pouco na linha do que o PS anteriormente referiu, talvez fazer um arranjo e fazendo isso votaria favoravelmente o documento. -----

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que era muito importante existirem propostas de forma positiva como o Livre agora apresentou. A arborização acabava por ser algo sempre muito positivo e nesse caso especificamente para melhorar a qualidade do espaço público. Se fosse feito de forma correta e não de forma exagerada, havia certos sítios em que mesmo a arborização era limitada e era muito importante uma atenção rigorosa quando se estivesse a fazer um plano dos sítios onde se devia fazer essa intervenção. -----

----- Junto ao mercado estava em fase final um condomínio em que seriam postas 15 árvores. Portanto, era sempre possível colocar mais árvores ali na zona do Bairro do Rego. -----

----- Era uma proposta que fazia sentido e que se fosse feito com rigor devia ser aprovada. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que era a primeira proposta que o Livre apresentava nessas Assembleias e estaria um bocadinho da sua boa vontade. Achava que era importante na cidade haver árvores, umas morriam e tinham que ser retiradas e mesmo as que não morriam por vezes tinham que ser retiradas. A árvore era uma árvore, podia-se pôr e tirar nos sítios que fossem necessários. -----

----- Concordava com as posições que foram ali ditas pelo Membro Paulo Lopes, pelo Fernando Pereira e pelo João dos Santos, que essa proposta pecava um bocadinho porque em algumas ruas não era possível pôr árvores, o espaço era exíguo. No entanto, caso houvesse algum espaço e que isso não perturbasse a mobilidade nem retirasse estacionamento aos automobilistas, plantar árvores era sempre um facto positivo, embora achasse que essa proposta tivesse essa parte e para quem conhecesse o Rego havia ruas onde era impossível pôr uma árvore. Por exemplo a Rua da Beneficência era de passeios estreitos, não estava a ver onde se pudesse meter uma árvore. -----

----- Concordava com as alterações ao ponto 2 e, caso fossem feitas, acompanhava a proposta. -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que estavam prontos para acolher as sugestões, nomeadamente a sugestão do Senhor Eleito da CDU, não obrigar necessariamente a implantação de árvores em todos os arruamentos. Não era isso que

decorria do texto, mas explicitar de forma mais clara e dizer no ponto 2: "Que no âmbito desse plano sejam executadas intervenções prioritárias de plantação de árvores nos arruamentos do bairro onde seja possível a sua plantação, sempre sob a perícia prévia dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, assegurando a adequação das espécies às condições urbanas e climáticas locais e uma real usufruição do espaço público pela comunidade." -----

----- Pensava que isso acabava por acolher tanto as reservas colocadas pelo Membro do PSD, que falava de zonas onde não era possível essa implantação, mas era uma recomendação de um fim e deixariam o meio a quem era técnico para o efeito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Recomendação "Arborização do Bairro do Rego"**, com as alterações assinaladas, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, IL, Livre, CDU e BE) e 8 abstenções (PSD e CDS-PP)-----

----- Continuando, informou que a Mesa recebeu uma informação sobre uma freguesia que chegou atrasada ao início dos trabalhos e que não se conseguiu inscrever, sendo que no final do PAOD lhe seria dado tempo para falar. Para isso foram consultados todos os partidos com assento na Assembleia e todos eram favoráveis a essa intervenção. -----

----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse que o Partido Socialista, como sabiam, há muitos anos que defendia a relevância das iniciativas que visavam promover uma maior participação das pessoas na vida política e na vida societária e a verdade era que o orçamento participativo era há muitos anos um instrumento com essa vocação. Aliás, o PS, o Livre e o BE no seu programa eleitoral à Junta de Freguesia de Avenidas Novas no âmbito da coligação Viver Lisboa tinham expressamente a vontade de ter um orçamento participativo. -----

----- Durante todo o mandato passado recomendou que fosse incluído no Orçamento da Junta uma verba para o orçamento participativo, para que houvesse uma possibilidade de os fregueses poderem apresentar ideias, defendê-las e lutar por elas e por essa via fomentar uma cultura de participação que era absolutamente essencial numa sociedade que se pretendia sã do ponto de vista democrático. Também sugeriu e recomendou que houvesse um orçamento participativo específico para que os alunos também na escola tivessem uma vida mais ativa e participativa no âmbito de sua comunidade.-----

----- A verdade era que não houve sequência às mesmas por parte do Executivo e, portanto, aquilo que os eleitos do Partido Socialista pretendiam era recomendar a inclusão no próximo Orçamento de verbas para a realização do orçamento participativo, através do qual se convidava a comunidade a apresentar propostas e ideias que gostava de ver concretizadas na Freguesia, que depois estariam sujeitas a votação e a financiamento. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

"----- *Orçamento Participativo* -----

----- *Durante todo o anterior mandato, nas reuniões de preparação dos orçamentos da JFAN, os eleitos do PS neste Assembleia de Freguesia várias vezes recomendaram a inclusão de uma verba (por exemplo até € 25.000) para a dinamização de um Orçamento Participativo, através do qual se convida a comunidade a apresentar propostas de projeto com as ideias que gostaria de ver concretizadas na freguesia. -----*

----- *Também recomendámos que se poderia avançar com um orçamento participativo escolar dirigido aos estabelecimentos do ensino básico, onde os alunos poderiam apresentar um conjunto de propostas de melhoria para as suas escolas, promovendo os valores de cidadania e da participação, em complemento do processo da Assembleia de Crianças. -----*

----- Estas recomendações foram sempre aprovadas na Assembleia de Freguesia e por diversas ocasiões o Sr. Presidente da Junta nos garantiu que o orçamento participativo iria avançar, mas foram sempre promessas vãs. -----

----- Assim, os eleitos do PS nesta Assembleia, recomendam a inclusão no próximo orçamento de verbas para dinamização de orçamento participativo através do qual se convida a comunidade a apresentar propostas de projeto com as ideias que gostaria de ver concretizadas na freguesia. -----

----- Lisboa, 16 de dezembro de 2025 -----

----- Os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas ----- "

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que da parte do CDS era simples, iriam votar favoravelmente, mas com duas ressalvas. A primeira era que cabia ao Executivo avaliar do ponto de vista orçamental e pensava que na próxima Assembleia também poderiam avaliar melhor. -----

----- A segunda era o modo como devia ser realizado, porque a Câmara de Lisboa já tinha um orçamento participativo e não era de 25 mil euros, era de dois milhões e meio de euros e também abrangia projetos nas Avenidas Novas. Tinha ido verificar e havia pelo menos dois projetos que foram vencedores e com localização para as Avenidas Novas. Portanto, o orçamento participativo em geral pouco se distinguia em relação a esse da Câmara e seria sempre secundário, ou um pouco menos atrativo. -----

----- Da parte do CDS não iam propor, mas fazia sentido questionar se não seria mais eficaz por exemplo atribuir um tema em específico a esse orçamento participativo, por exemplo temas que levassem a projetos que fossem mais baratos. Especificar em vez de generalizar porque quando era mais especificado os projetos de menor valor eram mais incentivados a serem apresentados. Quando era o orçamento generalista de 25 mil euros para qualquer projeto, a verdade era que os projetos com cabimento de mil ou dois mil euros não eram avançados. Por exemplo um tema especialmente importante era a educação e tinha sido protagonista e vencera por duas vezes um orçamento participativo escolar por parte do Estado, que atualmente já não existia. Era importante a Junta de Freguesia ter um justificado para esse mesmo tema. -----

----- Concluindo, concordavam e tinha que haver uma ressalva para o cabimento orçamental por parte do Executivo. Simplesmente questionavam se não fazia sentido afunilar para um tema em concreto, eventualmente temas com projetos mais baratos, para levar mais atratividade aos projetos, por exemplo na educação. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que gostaria de perguntar ao Executivo, ao Senhor Presidente e ao Senhor Tesoureiro sobre a verba que era sugerida de 25 mil euros, se essa verba ou até uma verba superior teriam cabimento no Orçamento, para 2027 faltava ainda muito tempo, mas se era uma verba que tinha cabimento no Orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- Era verdade que o orçamento participativo no primeiro mandato da reforma administrativa foi lançado pelo Executivo presidido pelo Daniel Gonçalves e que teve algum sucesso e que chegou a avançar também com uma segunda parte para a parte educativa e das crianças. -----

----- Não sabia, na sequência do que o CDS afirmou, se não deveriam canalizar até de forma mais direta para a área da educação e das crianças, poderia ter algum interesse bastante importante. -----

----- Para já, até para decidir o sentido de voto, perceber se o Executivo entendia que essa verba, ou uma verba até um bocadinho superior, porque era uma verba relativamente pequena, se tinha cabimento e ser inserida por parte do Executivo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estava de acordo em haver um orçamento participativo e se fosse canalizado para uma situação só de educação estava perfeitamente de acordo. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que votação ia no seguimento daquilo que tinham seguido nos últimos anos no que dizia respeito a orçamentos participativos. Consideravam que era uma forma de participação da população, mas depois aquilo que se verificava era muitas vezes que essa forma de participação ficava no papel, ou os valores orçamentais não eram aqueles inicialmente divulgados, ou o orçamento que ganhava não era bem aquilo que os Executivos pretendiam e não avançava, deixando algumas marcas no que dizia respeito à participação. -----

----- Por isso mesmo o sentido do voto da CDU nos últimos anos e concretamente nesse seria a abstenção, porque a população devia participar e havia formas de o fazer, mas o orçamento participativo levava sempre um pouco ao engano. Se fizessem as contas dos orçamentos participativos que foram aprovados nos últimos anos, poucos eram os concluídos, ou poucos eram aqueles que tinham o fim que a população pretendia. -----

----- Devia ser desenvolvido de outra forma. A população à partida que votou naquele partido ou coligação porque apresentaram projetos, também delegaram nesses mesmos partidos o desenvolvimento dos projetos e orçamentos para a Freguesia, ou mesmo para o concelho ou para a cidade. -----

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que era importante a participação da população, especialmente relativamente aos órgãos mais locais. De qualquer forma, questionava a verba de onde esse valor foi retirado, se havia alguma comparação por exemplo com os orçamentos participativos que existiam, como a Junta de Freguesia de... ou na Junta de Freguesia do Laranjeiro, que tinham um orçamento participativo para toda a gente e depois um orçamento participativo jovem. -----

----- Não fazia muito sentido um orçamento participativo que fosse geral, porque já existia através da Câmara de Lisboa, mas o mais importante era fazer com que os jovens fossem integrados e até aproximarem do que eram as Juntas de Freguesia. Nesse sentido, caso houvesse sequer o pensamento de fazer algo só existia uma forma viável e que realmente poderia levar benefícios para a Junta, que era fazer precisamente o orçamento participativo jovem. -----

----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse que quanto à sugestão de restringir o orçamento participativo à educação, a ambição era mais ampla, mas se dessa feita significasse que ia acontecer era um excelente ponto de partida e seguramente não seria o PS a dizer para não se fazer. -----

----- Quanto ao montante de 25 mil euros, achavam que era uma boa forma de começar e sendo um orçamento participativo virado para a educação, para os alunos das escolas, parecia ser mais do que suficiente para criar a dinamização necessária, fundamental para incentivar a participação. O objetivo não era tanto dar às pessoas um verdadeiro poder de resolver problemas a grande escala na Freguesia, era mesmo permitir que houvesse um envolvimento das pessoas na Freguesia em processos de pouca dimensão. -----

----- Tinham muita pena que o Partido Comunista não confiasse na bondade dos orçamentos participativos. Na verdade, não confiava na capacidade do Executivo dar cumprimento às recomendações e isso, aliás, foi o que se verificou ao longo do mandato passado. Cabia ao Senhor Presidente da Junta demonstrar que essa desconfiança não transitou para o atual mandato e que quando aprovassem o orçamento participativo ele seria dessa feita executado com sucesso e todos poderiam constatar o envolvimento das crianças das escolas. -----

----- Relativamente à proposta da IL, a inclusão de um orçamento participativo jovem faria todo o sentido, embora houvesse aí alguma sobreposição, porque o orçamento

h
24

participativo vocacionado para as escolas teria uma participação preferencial ou até exclusiva dos alunos das escolas e acabava por cumprir um pouco essa função. De todo o modo, haver uma tentativa de promoção e uma discriminação positiva dos jovens, tendo em vista a reaproximação de forma cada vez mais intensa à vida política e societária parecia um bom ponto de vista e contaria sempre com o apoio do PS. -----

----- Lembrava que infelizmente os orçamentos participativos municipais, deixaram de fazer parte dos orçamentos da Câmara Municipal de Lisboa durante o mandato que terminou agora. Aquilo que tinha visto nos últimos anos era a execução dos orçamentos participativos incluídos em orçamentos de dois mandatos atrás, quando era Presidente da Câmara o Fernando Medina. Eram esses orçamentos participativos de boa memória a que se referiam e não daqueles que deveriam ter sido inseridos nos orçamentos participativos da coligação que suportou o último mandato do Engenheiro Carlos Moedas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Orçamento Participativo”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, Livre, BE, IIL e Chega) e 2 abstenções (CDU e IIL) -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Diagnóstico local de segurança*-----

----- *O tema da segurança na freguesia de Avenidas Novas tem sido alvo de debate em diversas sessões desta assembleia de freguesia, com discussões mais ou menos intensas, mas sempre com um denominador comum: a inexistência de indicadores estatísticos que permitam um diagnóstico real da situação.*-----

----- *Os únicos dados objetivos foram os revelados no Debate sobre Segurança, realizado em 27 de fevereiro de 2023, retirados do inquérito de vitimação elaborado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a pedido da Polícia Municipal, que indicava que 82% dos inquiridos se sentiam seguros ou muito seguros e que 72% dos moradores do Bairro de Santos ao Rego também se sentiam seguros ou muito seguros.* -

----- *O estudo também revelou que 70% dos inquiridos veem com pouca frequência elementos da polícia, sendo esse um dos principais fatores que podem desencadear um sentimento de insegurança.*-----

----- *Porque pensamos que em matéria de segurança não podemos tomar decisões sem conhecer com profundidade os fatores criminógenos e a realidade local, de modo a potenciar a atuação sobre todos os fatores, minimizando a probabilidade do surgimento de comportamentos desviantes ou o seu agravamento, os eleitos pelo PS nesta Assembleia propuseram no anterior mandato que fosse realizado um Diagnóstico Local de Segurança (DLS).*-----

----- *Os DLS recolhem e analisam um conjunto de informações, anonimizadas, que permitem obter o “retrato” social da área a intervir. Iniciam -se com a caracterização da população e da área urbana, nomeadamente a identificação dos equipamentos/respostas sociais da rede social, solidária e privada, pela relevância que assumem nos territórios, na resposta às necessidades sociais das populações, especialmente as mais vulneráveis ou em risco de pobreza e de exclusão social — escolas, creches, Centro de Atividades de Tempos Livres, centros de dia, estruturas residenciais para pessoas idosas, lares residenciais ou para pessoas com deficiência, centros de saúde, centros desportivos, entre um vasto conjunto de elementos constantes de uma Ficha de Diagnóstico, para os quais os diagnósticos sociais efetuados pela Comissão Social da Freguesia é, desde logo, a principal base de trabalho.*-----

----- O DLS constitui assim um instrumento fundamental para a elaboração do plano de ação, no qual se integram e complementam os programas e projetos municipais e governamentais que dão resposta aos problemas identificados (ex.: plano de desenvolvimento social e plano de ação elaborados no contexto da Rede Social) e que traduzem a componente eminentemente social, essencial para a prevenção criminal.-----

----- Reforçamos que os resultados do DLS é um instrumento fundamental para a intervenção da JFAN no Conselho Municipal de Segurança e influenciar as decisões desse Conselho na sua forma restrita que, recordamos, participa na definição, a nível estratégico, do modelo de policiamento de proximidade a implementar no município, bem como pronunciar -se sobre a rede de esquadras e postos territoriais das Forças de Segurança, sobre a criação de programas específicos relacionados com a segurança de pessoas e bens. -----

----- Ao mesmo tempo, o DLS seria também relevante para continuar o trabalho conjunto com a PSP e Polícia Municipal, consolidando o policiamento comunitário e o contrato Local de Segurança que é o instrumento privilegiado para colocar em prática a cooperação institucional entre a Junta e a PSP, com vista à prevenção da delinquência.-----

----- Neste enquadramento, na Assembleia de 19 de setembro de 2023, os eleitos pelo PS recomendaram que fosse realizado um Diagnóstico Local de Segurança (DLS) na totalidade do território da freguesia, ou, caso fosse considerado mais operacional, apenas para as zonas consideradas mais problemáticas.-----

----- Foi também recomendado, em ponto 2, que, nos termos do art.º 45º do Regimento, fosse constituída uma Comissão eventual para acompanhamento da elaboração do mesmo DLS.-----

----- O ponto 1 da recomendação “Diagnóstico Local de Segurança”, foi aprovado por unanimidade e o ponto 2 foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor (PS, CDU, IL, BE e CHEGA) e 8 abstenções (PSD e CDS-PP).-----

----- No entanto, a Comissão eventual aprovada não chegou a iniciar os seus trabalhos, nem temos conhecimento que tenham sido tomadas quaisquer outras iniciativas para que fosse realizado um Diagnóstico Local de Segurança (DLS).-----

----- Assim, os eleitos pelo Partido Socialista vêm recomendar, nesta sessão da Assembleia de Freguesia, que:-----

----- 1. Sejam tomadas, pelo Executivo, todas as iniciativas junto das forças de segurança (PSP e Polícia Municipal) com vista à elaboração do Diagnóstico Local de Segurança da Freguesia, preferencialmente com o apoio de uma entidade universitária (FCSH, ISPA, por exemplo); -----

----- 2. Nos termos do art.º 45º do Regimento, seja constituída uma Comissão eventual para acompanhamento da elaboração do DLS. -----

----- Lisboa, 16 de dezembro de 2025 -----

----- Os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas ----- ”

----- Continuando, disse que esse era um tema que já ia do mandato anterior também, tal como os orçamentos participativos, mas acharam que fazia sentido apresentar novamente, porque no mandato anterior não houve evolução nessa matéria e tinha que ver com o tema de segurança na Freguesia de Avenidas Novas.-----

----- Era um tema alvo de debate sempre nas sessões da Assembleia e inclusive o Senhor Presidente promoveu dois debates sobre a segurança onde participaram com interesse, um foi realizado ali na sessão e outro no hotel em Picoas, com as forças de segurança e vários agentes. Portanto, esse tema da segurança era tema que importava à população e várias vezes foi ali fazer intervenções sobre essa matéria, muito pelo facto de ter desaparecido a esquadra na Freguesia. -----

h
24.

----- Como sabiam, tiveram uma esquadra na Freguesia e deixaram de ter e a partir dessa altura tinham por várias vezes feito debates sobre essa matéria. Um tema comum nesses debates era a inexistência de indicadores estatísticos fiáveis e isso permitia não ter um diagnóstico real da situação. Em 2023, no primeiro debate, um inquérito de vitimação elaborado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que foi apresentado pela Polícia Municipal, indicava que 82% dos inquiridos sentiam-se seguros ou muito seguros e 72% dos moradores do Bairro do Rego também se sentiam seguros ou muito seguros. Mas também tinha outra indicação, o estudo revelou que 70% dos inquiridos viam com pouca frequência elementos da polícia, sendo que esse era um dos principais fatores que podia desencadear um sentimento de insegurança. Esse era um fator comum nessas matérias.-----

----- Pensavam que em matéria de segurança não podiam tomar decisões sem conhecer a oportunidade do tema e já no mandato anterior propuseram que fosse elaborado um diagnóstico local de segurança, ou em toda a Freguesia, ou apenas numa parte se o Executivo entendesse que essa zona seria mais problemática. Era um instrumento fundamental para a intervenção da Junta, nomeadamente do Senhor Presidente, no Conselho Municipal de Segurança na Câmara Municipal de Lisboa, que tinha como funções pronunciar-se sobre a rede de esquadras e planos territoriais das forças de segurança e sobre a criação de programas específicos relacionados com a segurança das pessoas e dos seus bens.-----

----- Era por essa razão que novamente levavam ali essa matéria. No anterior mandato aprovou-se a criação de uma comissão eventual para acompanhamento da elaboração do diagnóstico local de segurança. Também se propôs que preferencialmente esse diagnóstico fosse feito com o apoio de uma entidade universitária, que podia ser a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, tal como tinha feito também o inquérito de vitimação. O mandato terminou e estavam a pressupor que caíam também todas essas resoluções.-----

----- **Membro Laura Carvalho da Silva (Livre)** disse que queria começar por saudar o PS porque nesse tema sensível como a segurança, numa altura em que ainda se falava de sensações, era bom ouvir falar sobre análise de dados. Contudo, garantir que esse diagnóstico não seria usado como instrumento para legitimar respostas simplistas, como por exemplo o aumento indiscriminado da força policial.-----

----- Também reforçava que era necessário haver uma continuidade para que essas propostas e outras realmente fossem avante.-----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** pediu que, caso fosse aprovada a recomendação, as forças políticas fossem céleres a designar o representante na dita comissão eventual a ser criada, para que isso pudesse avançar. Um dos motivos que muitas vezes acontecia era que as comissões demoravam a arrancar porque os partidos não designavam os seus elementos.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Diagnóstico local de segurança”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Transmissão on-line das reuniões públicas do Executivo da Freguesia* -----

----- *Na sessão da Assembleia de Freguesia de 20 de março do corrente ano foi aprovado, por unanimidade, o Regulamento de transmissão multimédia das sessões da Assembleia, a qual teve concretização prática a partir da Assembleia de 26 de junho, sendo a transmissão on-line, assegurada pelos serviços e canais da Junta de Freguesia.*

24.12

----- Consideram os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas que se poderia dar um passo adicional com a transmissão on-line das reuniões públicas do Executivo da Freguesia, reforçando a transparência e permitindo que todos os nossos fregueses acompanhem os trabalhos e as decisões tomadas. -----

----- Para aquele efeito considera-se que se poderá utilizar os termos do Regulamento de transmissão multimédia das sessões da Assembleia, com as necessárias alterações, sem necessidade de novo parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. -----

----- Assim, os eleitos do PS nesta Assembleia, recomendam: -----

----- 1. Que sejam desenvolvidos os trabalhos com vista à futura transmissão on-line das reuniões públicas do Executivo da Freguesia; -----

----- 2. Que seja elaborado um Regulamento com base no existente para a transmissão multimédia das sessões da Assembleia de Freguesia. -----

----- Lisboa, 16 de dezembro de 2025 -----

----- Os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas ----- ”

----- Continuando, disse que essa recomendação ia na linha daquilo que conseguiram no anterior mandato e que foi uma luta de várias forças políticas, começando pelo CDS e pelo Senhor Presidente, que logo no início do mandato fez esse repto para poderem ter a transmissão online das sessões, mas podiam dar um salto adicional tal como outras Juntas de Freguesia já tinham. Como havia uma vez por mês sessões públicas do Executivo, aproveitando os meios e a experiência que já tinham, também haver a transmissão online das reuniões públicas do Executivo da Freguesia. -----

----- Como já tinham um regulamento para a transmissão, que foi submetido à Comissão Nacional de Proteção de Dados e que aprovou o regulamento atualmente em vigor, ver se facilmente conseguiam produzir um regulamento com base nesse que tinham da Assembleia de Freguesia e sem necessidade de recorrer novamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados. -----

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que em geral concordavam e também achavam necessário haver um novo tipo de parecer da comissão nacional. De qualquer forma, o CDS tinha alguns aspetos que deveriam ser reponderados. -----

----- Em primeiro lugar, nessa proposta diziam replicar ou pelo menos aplicar o mesmo regulamento da Assembleia de Freguesia ao regulamento do Executivo, mas no regulamento atualmente aplicado à Assembleia de Freguesia havia algumas coisas que não podiam ser transportadas de uma forma exatamente igual. Por exemplo o prazo de conservação de dados, no anexo 1 do regulamento da Assembleia de Freguesia o prazo de conservação era definido de uma forma vaga, como o período necessário. A Comissão Nacional de Proteção de Dados já foi criticar essa expressão em pareceres mais recentes, que devia ser mais determinado, por exemplo um período de doze meses. -----

----- Em segundo lugar, havia terminologia técnica que apesar de já estar a ser 99% bem utilizada, muitas vezes utilizavam a palavra “autorizo” e a comissão já reforçou outra vez que devia ser sempre com “sim”. -----

----- Em terceiro lugar, ao contrário da Assembleia de Freguesia, nas reuniões do Executivo havia uma frequência muito acima da média de dados sensíveis, por exemplo acordos sociais diretos, licenciamentos, contratações, tudo o que envolvia dados de terceiros. Portanto, recomendavam que se previsse a transmissão ser suspensa sempre que a ordem de trabalhos envolvesse, por exemplo, a discussão de dados pessoais sensíveis. Era uma questão de proteger os fregueses, mas proteger também a Freguesia. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que todas essas precauções deviam ser acauteladas. O Chega iria acompanhar favoravelmente a proposta, mas queria fazer só uma ressalva, que a proposta para a transmissão das Assembleias de Freguesia não foi do CDS, foi do Chega. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que havia atas que provavam o autor da proposta. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o PSD ia acompanhar a proposta. Percebiam as questões que o Membro Francisco de Azevedo colocou, mas voltava a dizer aquilo que tinha dito no mandato anterior. Tinham um regulamento, estava aprovado pela comissão de proteção de dados, tudo bem, mas perguntava se na Assembleia Municipal as transmissões eram ilegais, se nas outras Juntas de Freguesia eram ilegais. Havia preocupações de corte na Freguesia que não via noutros lados, não estava a ver como se iria interromper uma transmissão online quando falava uma pessoa. -----

----- Achava que se devia tentar estudar isso melhor. Seria estranho estarem a assinar um papel em todas as Assembleias de Freguesia a dizer que autorizavam a transmissão. Podiam fazer uma autorização genérica para o mandato inteiro. A questão era que não via isso em lado nenhum e tinha uma experiência muito grande, conhecia variadíssimas situações. Estariam todas ilegais? Se calhar estavam, mas teriam que ver muito bem essa situação. -----

----- O PSD iria votar favoravelmente a recomendação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que as autorizações que estavam a preencher diziam respeito ao atual mandato. Enquanto eleitos preenchiam apenas uma vez, ao abrigo daquilo que estava previsto no Regimento... -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o que estavam a preencher dizia o seguinte: -----

----- “Declaro que autorizo a captação e divulgação de imagens e áudio durante a realização da sessão da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas que se realiza no dia...”. Ficava para preencher, “... e apenas durante esse período”. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que na próxima Assembleia seria distribuída a minuta certa, essa não era a minuta certa para os eleitos. Os eleitos só preenchiam uma vez. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que ambos tinham razão. Essa minuta não era a certa. No regulamento estava previsto que para os eleitos apenas havia uma declaração por mandato e se pretendesse a dada altura alterar essa declaração teria que fazer outra. No regulamento só tinham declarações para o público, se consentia ou não, e de facto não fizeram uma para os eleitos, mas poderia ser melhorado nessa matéria. ---

----- Relativamente à recomendação e as sugestões que foram feitas, quando diziam que fosse elaborado um regulamento com base no existente, era com essa base porque foi aprovada pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas a recomendação era que o departamento jurídico da Junta de Freguesia, com base nesse regulamento e atentas as matérias ali expostas, fizesse as alterações que entendesse pertinentes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Transmissão on-line das reuniões públicas do Executivo da Freguesia”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que a história não se apagava nem a memória se negociava. O CDS-PP propunha um voto de saudação ao 25 de novembro de 1975 e fazia com a convicção que se o 25 de Abril foi promessa da queda de um regime autoritário, o 25 de Novembro foi a garantia da democracia plena. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----
----- “----- *Pelo 25 de Novembro de 1975*----- -----

----- O regime político autoritário do Estado Novo, que vigorou durante praticamente toda a primeira metade do século XX em Portugal, encontrou o seu fim a 25 de Abril de 1974. Foi uma das mais longas ditaduras da Europa, somente ultrapassada pela URSS.

----- No entanto, a liberdade pretendida e aclamada nessa data foi sucessivamente desafiada pela evolução dos acontecimentos, que visavam a implementação de um regime muito distinto do democrático.-----

----- A instabilidade política e social, a degradação progressiva da relação entre o 2º governo provisório e a presidência da República, as ocupações de terras, a nacionalização de meios de produção e diversos sectores da economia portuguesa, as perseguições, saneamentos e prisões arbitrárias, tantas vezes por delito de opinião, conduziram o país a um período de radicalização política, conhecido como PREC (Processo Revolucionário em Curso).-----

----- Esse período tornou evidente a vontade que uma minoria tinha em instaurar no país um regime político idêntico aos que vigoravam a leste do muro de Berlim.-----

----- No dia 25 de Novembro algumas unidades militares, ligadas à esquerda revolucionária, invadiram bases aéreas militares e o aeroporto da Portela, controlaram estradas, ocuparam a RTP. O golpe antidemocrático estava em marcha. --

----- Porém, a coragem e a determinação dos moderados que souberam conter o golpe com eficácia, evitando uma guerra civil e um generalizado banho de sangue, apesar do triste e heróico episódio dos dois militares Comandos, o tenente José Coimbra e o furriel Joaquim Pires, que tombaram em defesa da democracia, na Calçada da Ajuda. Desses moderados destacam-se os nomes de Ramalho Eanes, Costa Gomes, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Rocha Vieira, Jaime Neves, entre outros, todos eles "militares de Abril".-----

----- É nosso dever celebrar e homenagear esses "homens bons", que não traíram o espírito de Abril, agindo para que possamos viver, hoje, em Liberdade e Democracia, num país pacífico, aberto e tolerante e num estado de direito democrático e liberal, idêntico aos estados livres e mais prósperos do mundo.-----

----- Considerando que:-----

----- Celebrar o 25 de Novembro é uma questão de memória histórica, sentido de justiça e de gratidão.-----

----- Se o 25 de Abril protagonizou a queda de um regime autoritário, foi a 25 de Novembro que esse se cumpriu plenamente, com a instauração do regime democrático.

----- Esquecer o 25 de Novembro significa sacrificar o melhor do 25 de Abril, desvalorizar a democracia, reescrever a história, tratar com injustiça figuras maiores da nossa democracia que lutaram e venceram pela nossa liberdade.-----

----- Assim, o grupo do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia das Avenidas Novas que delibere:-----

----- 1. Manifestar o seu agradecimento a todos os que ousaram contrariar a deriva extremista, com particular ênfase ao denominado "Grupo dos Nove", ao coordenador operacional General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma, com destaque para os Comandos da Amadora.-----

----- 2. Saudar a Assembleia da República por, pela primeira vez e de forma institucional, comemorar esta importante data.-----

----- Lisboa, 16 de Dezembro de 2025----- "

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que no Livre entendiam que a História estava sempre sujeita à reinterpretação dos seus significados. Fizeram desde logo quando questionaram a forma como o país aprendeu a olhar para a expansão marítima portuguesa, incluindo nela a violência colonial, a escravatura, a subalternização

sistemática de povos inteiros, ou quando visitaram alguns dos mitos fundacionais do Estado Novo, mas reinterpretar a História não era reescrevê-la, não era a amputá-la dos seus protagonistas incómodos para acomodar narrativas convenientes. -----

----- O processo português revolucionário foi plural, contraditório e profundamente complexo. Teve figuras muito mais abrangentes do que as citadas no documento submetido a votação e espelhavam o cunho incontornável de Mário Soares em vários momentos cruciais, desde a sensibilização de Frank Carlucci, embaixador americano em Portugal, e de Henry Kissinger para a não intervenção militar direta em Portugal, passando pela condução política da descolonização em condições adversas. Até mais tarde, importantes amnistias concedidas a elementos de excessos de ambos os lados, permitindo uma transição democrática sem ciclos prolongados de ajustes de contas e assegurando uma reintegração institucional e pacificadora. -----

----- Passou também por Alvaro Cunhal em diversos momentos, desde a aceitação da legalização imediata de um regime pluripartidário, contra aquela que era a prática dos partidos comunistas no leste europeu, o que não era apenas um pormenor. Passando também pelo compromisso reiterado com a via eleitoral e constitucional, até à recusa de soluções... depois do 25 de Novembro, mesmo quando tinha o apoio de parte significativa das chefias militares de então. A integração do Partido Comunista Português no quadro democrático do 25 de Abril tinha também esse seu contributo incontornável. -----

----- Tantas outras figuras haveria para mencionar e homenagear. Tantas outras que não constavam no documento que o CDS submeteu à aprovação. Falavam da resistência cultural de Sophia de Mello Breyner ou Zeca Afonso, da resistência política de Humberto Delgado ou Jorge Sampaio, falavam da resistência quotidiana de Catarina Eufémia ou de Aurora Rodrigues e dos que depois vieram e construíram a democracia, como António Arnaut, Francisco Sá Carneiro, Maria de Lurdes Pintassilgo. Um leque vasto de portugueses e portuguesas que consolidaram a democracia cuja homenagem o documento ali discutido esquecia e que em nome do Livre faziam a justa menção. -----

----- Era verdade que nos conturbados anos do PREC a democracia perigou sucessivamente. Dos ataques partidários à formação de organizações bombistas, das vagas de prisões políticas às intervenções de atores externos, da União Soviética aos Estados Unidos. -----

----- Mas a democracia também apareceu no 1º de Maio de 1974. Também se consolidou no 28 de setembro desse mesmo ano com a marginalização política de Spínola, que culminou com a saída do governo a 30 de setembro desse mesmo ano. -----

----- Consolidou-se de novo a 11 de março de 1975 quando paraquedistas fiéis a Spínola atacaram o Regimento de Artilharia de Lisboa, num golpe de Estado que falhou e ditaria o seu exílio, não sem antes ter solicitado a intervenção externa por parte da NATO. ----

----- Consolidou-se também a 25 de novembro, criando as condições para a dissolução do COPCON, mas não terminou aí a história revolucionária. Aliás, em março de 1976, quatro meses depois da data que se propunha como sendo... ainda Spínola estava na Suíça a reunir-se com o Franz Josef Strauss, pedindo armamento para tentar um novo golpe de Estado. -----

----- Quando descoberto foi expulso para o Brasil, então sob a ditadura militar que prontamente o acolheu. A partir daí, do Brasil liderou a MDLP, a organização responsável pelo assassinato do Padre Max e de uma estudante que o acompanhava em abril do mesmo ano. Cinco meses depois da data que o CDS ali considerou a instauração plena do regime democrático português. -----

----- Quando deputados eleitos para a Assembleia Constituinte propuseram um documento fundacional de rutura com a Constituição de 1973 e que viria, esse sim, a

instituir plenamente o regime democrático que atualmente conheciam, o CDS votou contra aquele momento estruturante. A democracia consolidou-se e instaurou-se plenamente, mesmo sem o aval dos proponentes dessa moção.-----

----- O regime democrático consolidou-se com a extinção do Conselho da Revolução na Revisão Constitucional de 1982, consolidou-se com a adesão à CEE em 1985 e todos esses eventos tiveram uma causa, uma só causa, a causa fundadora. -----

----- Essa era e seria sempre a data que derrotou 48 anos de ditadura. Esse dia era o 25 de Abril. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que, ao contrário do que diziam ter sido um golpe, contra-revolucionário e não um contra-golpe, que não foi, mas que alguns ambicionaram que tivesse sido um golpe que travasse a dinâmica revolucionária e no processo de transformações e conquistas que a Constituição da República Portuguesa veio a consagrar, que permitisse ilegalizar-se o PCP e liquidar-se o regime democrático.

----- Ao contrário daqueles que muitas vezes se pronunciavam sobre transformar em Cuba da Europa, já tinham uma Cuba e ficava no Alentejo, porque Cuba era do outro lado do oceano e estava lá muito bem.-----

----- Muitas coisas se diziam, muitas coisas se escreveram, mas aquilo que se sabia e que estava na memória de quem quis comemorar novembro como abril, o povo nas ruas demonstrou isso mesmo. Em 25 de Abril de 2025 não havia espaço na Avenida da Liberdade para caber nem mais uma perna ou um braço, a gritar 25 de Abril Sempre! Ao contrário daquilo que aconteceu em novembro, que foi um vendaval de ar na Praça do Município.-----

----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse que uma vez por ano ia a essa bancada falar sobre essa vontade que a direita tinha de tentar diminuir o 25 de Abril falando e empolgando-se com o 25 de Novembro. A verdade era que dizia sempre bem do 25 de Abril enquanto exaltava o 25 de Novembro.-----

----- Isso foi feito mais uma vez pelo Membro Francisco de Azevedo, notava não só a forma empolgada como falava do 25 de Novembro, como fazia referência ao 25 de Abril, como sempre algo de relevante, mas num contexto da exaltação do 25 de Novembro. Ficava à espera que quando fosse o 25 de Abril falasse com o mesmo nível de exaltação. -----

----- Queria agradecer ao Membro João Godinho do Livre, porque fez ali uma resenha histórica importante. Tinha nascido depois do 25 de Abril e todos precisavam que se lembrassem a verdade histórica, sob pena de continuarem a acreditar naquilo que queriam acreditar.-----

----- O CDS ia ali fazer de Chega, uma coisa que o surpreendia, mas que seguramente marcava uma tônica para o mandato. Ao longo do último mandato o Chega, em todas as sessões da Assembleia de Freguesia após 25 de novembro, ia ali tecer loas ao 25 de Novembro e sempre por oposição ao 25 de Abril. O CDS foi ali fazer isso, que aliás nos últimos tempos tinha demonstrado até uma mudança na forma como exaltava o 25 de Novembro. O CDS foi fazer de Chega e o Chega moderou-se, não apresentou nenhum documento.-----

----- O Partido Socialista mais uma vez ia ali lembrar que teve um papel relevantíssimo no 25 de Novembro, mas que jamais usaria o 25 de Novembro para apagar aquilo que realmente importava e que era o 25 de Abril.-----

----- **Membro Rafael Guerreiro (BE)** disse que a democracia nasceu da revolução e não de golpe. A democracia nasceu com o 25 de Abril, com o fim da ditadura, da censura, da polícia política, da guerra colonial e da conquista dos direitos fundamentais, o direito ao voto, à greve, à organização sindical e à participação política. -----

----- O que o CDS ali propunha não era um exercício sério de memória histórica, mas uma alteração rescrita do passado que procurava transformar um episódio complexo do processo revolucionário num mito fundador alternativo, destinado a esvaziar o sentido libertador e transformador de Abril. Nenhum dos partidos constituintes da democracia portuguesa defendeu a época que o 25 de Novembro fosse a sua data fundadora, não o fizeram porque sabiam que a democracia nasceu da revolução e não de um contragolpe militar. -----

----- Comemorar o 25 de Novembro dessa forma era tentar legitimar uma visão empobrecida da democracia, uma democracia que conduziu à ordem, à contenção, à ambição de justiça social que marcou o processo democrático iniciado em 1974. -----

----- Por isso não acompanhavam esse voto, defendiam uma memória democrática, plural, rigorosa. -----

----- Viva ao 25 de Abril! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se os Membros estavam de acordo com o prolongamento do PAOD, uma vez que já tinham ultrapassado os 60 minutos, tendo obtido o acordo de todos. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o PSD ia votar favoravelmente esse voto de saudação do 25 de Novembro, o que lhe fazia dizer ao Membro Luis Pinheiro que estava espantado com a forma branda como o CDS apresentou esse voto. Lembrava que num passado talvez um bocadinho mais antigo o PSD foi obrigado a abster-se num voto de saudação pelo 25 de Novembro pela forma como estava escrito e achavam que o presente voto até era bastante consciencioso, bastante claro e pacífico. -----

----- Também dizer que iriam votar favoravelmente sem grandes exaltações. Tinha feito questão há muitos anos de na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sempre apresentar, enquanto eleito, uma moção de saudação do 25 de Abril, por vezes o único partido a apresentar na Assembleia de Freguesia. -----

----- Queria, no entanto, perguntar ao CDS se aceitava uma pequena alteração no primeiro ponto deliberativo. Se bem que a moção referia e bem o furriel Pires, gostaria que fosse possível acrescentar "...com destaque para o Regimento de Comandos da Amadora, sem esquecer o tenente Coimbra e o furriel Pires, que morreram nesse dia na defesa dos ideais de Abril." -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que da parte do CDS havia total concordância em fazer esse acrescento. -----

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que um voto de saudação não significava invalidar uma outra data. Um voto de saudação era reconhecer realmente o seu valor, o valor de uma data que foi muito importante para Portugal. Dia 25 de novembro foi na realidade o que consolidou a democracia em Portugal, após um processo de instabilidade e de radicalização política, nesse dia a coragem e a determinação dos moderados e das unidades militares permitiram evitar a guerra civil e garantir a liberdade e a estabilidade do país. Destacou-se o Grupo dos Nove, o General Ramalho Eanes e os Comandos da Amadora, como estava citado inclusive no voto de saudação. Contrariaram a deriva extremista e protegeram os valores dia 25 de Abril. -----

----- Nada invalidava, no entanto, que 25 de Abril fosse por si uma data muito importante e todos o sabiam. O desafio, a quem o quisesse aceitar, reconhecer que o voto de saudação não era propriamente não reconhecer outra data ou tentar reinventar a história, como foi dito ali. Não era reinventar o que se dizia ou o que estava escrito, que aí sim podia ser realmente reinventar algo. -----

----- O voto de saudação era uma questão de memória histórica, justiça e gratidão. Esquecer essa data significaria desvalorizar a democracia conquistada e desrespeitar aqueles que lutaram efetivamente pela liberdade. Graças a esses homens bons, Portugal

evoluiu para um país pacífico, aberto e democrático e era dever honrar essa memória, mantendo vivos os valores da liberdade e da democracia para as futuras gerações. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que o que estavam ali a falar era sobre “25”, cada qual tinha o seu “25” preferido, um era de abril e outro era de novembro. Isso era uma lengalenga que se repetia todos os anos.-----

----- O “25”, das coisas boas que teve, era precisamente proporcionar que por exemplo estivessem ali todos, da força mais à esquerda à força mais à direita. Essa era a parte boa dos “25”. -----

----- O 24 de abril era um regime da direita que silenciava um bocadinho as opiniões políticas, mas o 26 de abril foi fazer o mesmo, só que por uma ditadura de esquerda. Os que eram de esquerda tinham que gostar mais do 25 de Abril, outros eram de direita e tinham que gostar mais do 25 de Novembro, que era o seu caso. Portanto, o Chega iria aprovar obviamente esse voto de saudação.-----

----- Gostava de acrescentar mais duas saudações a esse voto e a primeira era que nesse ano se tivesse celebrado solenemente na Assembleia da República pela segunda vez a data do 25 de Novembro. O reconhecimento dessa data era importante. -----

----- A segunda era também uma saudação especial para aqueles que ali na sala em 25 de novembro de 1975 tiveram os receios e os alívios desses momentos que se viveram nesse dia, aqueles que nessa altura já tinham nascido e que passaram por isso, que sabiam o que isso significou. Era um bocadinho diferente do que estava nos livros. -----

----- Iria aprovar esse voto. -----

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)**, dirigindo-se ao Livre, disse que a democracia não cristalizou no 25 de Novembro, não viam isso na nota que fizeram, cristalizava-se precisamente todos os dias e por isso lá estavam do lado de todas as comemorações em prol da democracia, o mesmo talvez já não pudessem dizer os restantes.-----

----- Quanto ao PCP, existia Cuba em Portugal, mas o que os distinguia era que essa seria a única Cuba que existia em Portugal, já quanto aos outros não tinha a certeza. ----

----- Em relação ao PS, tinha organizado uma marcha estudantil em prol do 25 de Abril com milhares de estudantes no ano passado, teria sido uma manifestação maior de apoio ao 25 de Abril do que tinha feito ali ao 25 de Novembro, com menos de cinquenta pessoas na sala. -----

----- A todos que disseram que a celebração do 25 de Novembro apagava o 25 de Abril, não esquecessem que o 25 de Abril prometeu liberdade e ainda bem, mas até ao 25 de Novembro houve saneamentos e ocupações em nome de uma reforma agrária. O 25 de Abril prometeu crescimento económico, mas até ao 25 de Novembro assistiu-se ao caos social, com a nacionalização da banca, dos seguros e vários setores da economia. Não esquecessem que o 25 de Abril prometeu instituições democráticas e livres, mas em 1975 a Assembleia Constituinte foi cercada. Não se esquecessem que o 25 de Abril prometeu paz, mas até ao 25 de Novembro assistiu-se a atentados terroristas e bombistas. Não se esquecessem que o 25 de Abril prometeu a democracia e até ao 25 de Novembro Portugal estava no caminho de uma ditadura de sinal contrário. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que tinha recebido um pedido do PS para se fazer a votação ponto por ponto. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 1 do Voto de Saudação “Pelo 25 de Novembro de 1975”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e Chega), 4 votos contra (CDU, Livre e BE) e 3 abstenções (PS)-----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

----- Submeteu à votação o **ponto 2 do Voto de Saudação “Pelo 25 de Novembro de 1975”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e Chega) e 7 votos contra (PS, CDU, Livre e BE)-----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“As comemorações do 25 de Novembro, que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político, é essencialmente um ato revanchista contra a revolução do 25 de Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas. Uma opção movida por um recalçado e anti-democrático inconformismo com a revolução de Abril, um tardio assumo de ajuste de contas da direita com esse ato maior da história do nosso país.*-----

----- *Uma operação em si mesmo condenável, mas ainda assim, mais quando imposto num ano em que se comemora o 50º aniversário da revolução de Abril, só explicável pela crescente presença nas concepções reacionárias na sociedade portuguesa e por uma cada vez mais clara afirmação de forças, organizações e partidos políticos por um ideário mais ou menos declarado, anti-democrático e fascizante.*-----

----- *Reescrevendo a história, o que alguns ambicionam com essas comemorações é apresentar esta data não pelo que foi, mas pelo que desejariam que tivesse sido, de regresso ao passado de meio século de ditadura fascista. Reescrevendo a história, o que alguns procuram fazer é tentar equivaler um golpe contra-revolucionário, apesar de sustido, no que mais sombrio continha no propósito de alguns, com uma revolução libertadora que devolveu a democracia e a liberdade ao povo português e que abriu caminho a um futuro de progresso, desenvolvimento e emancipação social que décadas de política direita têm cerceado.*-----

----- *Procurando assinalar com o indisfarçável saudosismo, um revés-reacionário não consumado, o que os produtores desta iniciativa visam é reintroduzir os fatores de divisão na sociedade portuguesa que marcaram o 25 de Novembro em detrimento daquilo que une o povo português sobre o que representa Abril, as suas conquistas e valores.*-----

----- *É Abril e os seus valores que os democratas patriotas, os trabalhadores e o povo em geral devem afirmar e exigir que se cumprem na sua dimensão de transformação, igualdade e justiça. É Abril, com o acervo imenso de conquistas e direitos alcançados, políticos, sociais, económicos e culturais que vive e está presente enquanto referência de futuro, como a imensa comemoração dos 50 anos da Revolução de Abril comprovou.*---

----- *É Abril que deve ser comemorado enquanto o momento mais marcante da nossa história e não o que contra ele se arquitetou de conspirações, golpes e práticas que o negam e pretendem desvalorizar.”*-----

----- Continuando, apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

----- *“----- Pela promoção do Comércio Local e Tradicional nas Avenidas Novas -----*

----- *Temos assistido à subalternização e progressivo desaparecimento do comércio nesta Freguesia, daquele de que se necessita no nosso dia-a-dia. Existem um conjunto de fatores que explicam esta situação que se vem verificando há várias décadas, mas que adquiriu nos últimos anos um ritmo imparável: a turistificação crescente do espaço da Freguesia, o crescimento exponencial das rendas comerciais e, fenómeno novo, a adaptação de espaços comerciais a locais de habitação. Para além destas tendências há, ainda, a considerar o desaparecimento de lojas e garagens para dar lugar a alojamentos ilegais para grupos de trabalhadores e, até, famílias, em condições infra-humanas.*-----

----- Apesar de escassearem os dados estatísticos/recenseamento sobre o Comércio na Cidade de Lisboa, cujos últimos resultados oficiais foram publicados em 2010, sabemos que o peso deste sector na criação de emprego na cidade é o 2o maior (12%) logo a seguir ao Turismo (18%) (CML/DME). -----

----- As políticas totalmente liberalizantes de licenciamento do comércio não têm em conta, por outro lado, o quadro socioeconómico que continua a marcar a realidade da cidade, comum aliás ao País, de salários muito baixos e de pensões de aposentação e reforma que colocam largas faixas da população no limiar da pobreza. -----

----- Temos que salientar que o comércio de Bairro é, neste quadro geral, o mais vulnerável, mas, simultaneamente, o que mais interessa à população residente uma vez que garante preços mais acessíveis, uma maior concorrência e uma proximidade mais confortável sendo as grandes marcas e os Centros Comerciais, pela sua natureza, propiciadores da inflação e promotores da gentrificação de grandes zonas da cidade, nomeadamente na Freguesia de Avenidas Novas. -----

----- Considerando a importância de inverter a situação atual e implementar medidas urgentes. -----

----- Os eleitos reunidos na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas de 18 de dezembro, recomendam ao executivo: -----

----- Promover o recenseamento comercial da Freguesia – o que nos permitirá conhecer a realidade do comércio aqui existente: tipologia das empresas ou empresários, produtos comercializados, volume de negócios, nível de preços por tipologia de produtos, etc. -----

----- Promover, junto da CML e com a sua colaboração, formas de planeamento e controlo dos novos estabelecimentos a autorizar – valorizando a diversidade, a introdução de estabelecimentos com um nível de preços mais moderados e de feição tradicional. -----

----- Promover e incentivar a atratividade e centralidade dos Mercados Municipais, verdadeiro motor do comércio tradicional criando estímulos na ocupação dos espaços disponíveis. -----

----- Finalmente, propor aos responsáveis municipais uma experiência-piloto de Planeamento Comercial sediada nas Avenidas Novas – com alguns incentivos financeiros na concessão das licenças como forma de promoção do estabelecimento de comerciantes e ramos de negócio necessários e/ou interessantes para a Freguesia e sua população. -----

----- O Eleito do PCP na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas ----- ”

----- Disse que essa proposta apresentada pelo PCP tinha que ver com a questão da promoção do comércio local e tradicional. O que se tinha visto era o desaparecimento da Freguesia e da cidade de várias franjas desse comércio essencial e promotor da igualdade e da ligação da população ao seu território. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que se percebia a bondade dessa recomendação, mas tinha dúvidas, a experiência do dia a dia dizia isso, que o atual comércio local apresentasse preços mais baixos do que as grandes superfícies, por exemplo. Infelizmente não era isso que se verificava, mas tinha uma vantagem, se calhar não tinha que ir ao supermercado à Amadora e havia uma loja na sua esquina para algumas coisas, mas não era claramente mais acessível. -----

----- Por outro lado, promover um recenseamento como aquele que estava ali sugerido, isso tinha custos altíssimos e não podia ser feito de forma leve, entrava no Orçamento da Junta de uma forma que diria brutal. Nem sabia se isso estava na competência da Junta e se a Junta tinha meios, sem ter que contratar uma empresa para fazer isso. Era

um trabalho que não estava concluído e seria quase uma função permanente da Junta de Freguesia e com isso não podiam estar de acordo. -----

----- O segundo ponto tinha em parte a ver com o que o Presidente Moedas já referiu, o licenciamento zero, alterar de forma a poder analisar primeiro o tipo de comércio que se queria instalar e só depois autorizar, para evitar determinadas situações que tinham vindo a acontecer. -----

----- Sobre dar alguns incentivos financeiros, havia sempre a possibilidade de financiamento, mas esse incentivo financeiro era uma perda de receita para a Junta, que do seu ponto de vista nem sequer tinha ao longo de todos os anos, mais de doze anos, não tinha um comportamento dentro do espírito da Lei, mas isso ficaria para outras núpcias. -----

----- Não podia deixar também de referir que nos considerandos se dizia que havia ainda a considerar o desaparecimento de lojas e garagens para alugar a alojamentos ilegais para os trabalhadores e até famílias em condições infra-humanas. Não tendo nada a ver com o comércio local, esse sim era um ponto em que o Executivo devia ter atenção e ser uma fonte de informação para as autoridades, tentando impedir esses alojamentos ilegais e, referindo as palavras da recomendação, em condições infra-humanas. -----

----- Isso sim devia ser tido em atenção, não nesse contexto do comércio local, mas o Executivo juntamente com as autoridades devia ter atenção a essas situações. Pessoalmente não conhecia nenhuma, mas não tinha qualquer tipo de dúvidas que existiam na Freguesia. -----

----- Por tudo isso, não podiam votar favoravelmente a recomendação. -----

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que essa recomendação não tinha qualquer sentido. O comércio local devia responder à necessidade real da população e não propriamente a algo que por conceção o Estado ou qualquer órgão público decidia. Se existia procura o comércio surgia naturalmente, se essa procura não existia não havia necessidade. Em qualquer produto que se fizesse, em qualquer mercado que houvesse, existia uma necessidade e ela era sempre satisfeita com o produto e com o serviço. -----

----- Perguntou qual a razão de uma Junta de Freguesia poder pensar em fazer alguma coisa que poderia mexer com o que era realmente o comércio livre. Não fazia sentido absolutamente nenhum e inclusive os problemas citados ali, como o desaparecimento de lojas, a turistificação, a Lei das rendas ou mesmo a má condição que as pessoas tinham nas suas próprias casas, tinham várias causas e as mais importantes seriam até a burocracia e os obstáculos administrativos causados exatamente por propostas como essa, que criavam mais obstáculos para se avançar e fazer as coisas mais rápido. Acabavam por favorecer comércios que podiam não levar tanto o valor como outros, empresas maiores que podiam realmente competir. -----

----- Estavam ali com os telemóveis e se de repente decidissem não mandar mensagens... não ter ali uma loja de telemóveis, porque também era importante ter lojas de máquinas de escrever e mais valia ter lojas de máquinas de escrever do que propriamente de telemóveis. Os concidadãos eram soberanos e só por isso deviam escolher e saber o que precisavam. Essa proposta não fazia sentido e além disso fazia referência a uma discriminação relativa a esses comércios, em que poderia haver uma ajuda financeira por licenciamento. Por exemplo, na União Europeia era proibido haver essa discriminação positiva em qualquer sentido, uma ajuda do Estado nunca era positiva para os consumidores. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que tiveram ali seis propostas, cinco da esquerda e uma da direita e tinha aprovado todas. Lembrava-se que na sua primeira entrada nos meios autárquicos. Também na sua primeira Assembleia, sozinho tinha apresentado seis e foram todas chumbadas, mas era uma pessoa com bom coração, com



bom fundo, que gostava da população de Lisboa, gostava da população do seu bairro, tinha desenvolvido um trabalho também com a colega Isabel Varão relativamente ao Mercado do Rego e na senda de aprovar cinco propostas gostava de conseguir aprovar qualquer coisa do Membro João dos Santos. Já tinha dito que não tinha nada contra ele, tudo contra a sua ideologia, mas gostava de fazer qualquer coisa ali. Havia um ponto que até foi alertado pelo Chega nos casos de imigração ilegal que estava a haver, em que as pessoas alugavam lojas para fazerem dormitórios lá em baixo. Mais na Baixa do que ali em cima, ali devia ser mais a loja do chinês, devia acontecer e a Junta de Freguesia tinha que saber disso. -----

----- Concordava com o ponto 1, promover o recenseamento. A Junta de Freguesia tinha exatamente que saber, sem gastar as verbas incalculáveis que o Membro Paulo Lopes dizia, tinha o dever e a obrigação de saber quais eram as lojas e o tipo de negócio que tinham. Fazer um levantamento, não tinha que ser urgente, mas saber o que se passava com certeza que sim. -----

----- O ponto 2, lamentava dizer, mas estava completamente fora de questão, ali não era Leninegrado. -----

----- No ponto 3 ainda tinha olhado três vezes para ver se tinha a ver com o Mercado do Rego, onde havia um conjunto de lojas pequenas que tinham vindo a desaparecer com os tempos. Os mais velhos sabiam. O Mercado do Rego com essas lojinhas promovia isso e olhava para o ponto 3 se seria a promoção dessas lojas no Mercado do Rego, mas percebera que não, que era uma coisa mais abrangente. Primeiro estavam nas Avenidas Novas e de repente era a centralidade dos mercados municipais. -----

----- Na quarta também não, experiências piloto. De maneira que propunha a votação disso por pontos. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que tinha de concluir que o Chega de facto melhorou, até concordava com o Membro Pedro Duarte nessa matéria. Tentaram perceber essa recomendação da CDU e era demasiado complexa para o entendimento.--

----- Propunha uma solução, eram quatro pontos, tiravam o 2 e o 4 porque pensava terem alguma complexidade, nomeadamente o 2 metia alguma restrição. Embora a IL fosse a funcionar com o mercado, mas era o Senhor Presidente que queria avabar com o licenciamento zero, restringindo a liberdade. A proposta era manter o 1 e o 3 ou votarem por pontos. -----

----- Propunha também no ponto 3, pensava que a ideia que tinha nas Avenidas Novas era promover e incentivar a atratividade do mercado municipal. "... nomeadamente cumprir as conclusões do relatório da comissão sobre o tema e Mais e Melhor Comércio de Bairro aprovado na sessão desta Assembleia de Freguesia de 26 de junho de 2025". O trabalho que fizeram, nomeadamente a CDU, fazia todo o sentido nesse ponto 3 pugnar pelo cumprimento das conclusões daquele relatório da comissão. -----

----- **Membro João dos Santos** disse que não havia problema em pôr à votação por pontos. A proposta que o PS apresentou para o ponto 3 melhorava o documento e estavam ali para isso mesmo, para melhorar o documento e as condições da população.-

----- Relativamente ao que o Membro Paulo Lopes falou, aquilo que a Junta iria gastar, faziam uma recomendação para o Executivo falar com a própria Câmara Municipal, havia meios para o fazer. Se havia um licenciamento, quando o comerciante se registava ele dizia qual era o âmbito do seu negócio, era só registar esses dados, complementar e podia ser feita uma informação mais abrangente, não haveria grandes custos sobre isso e poderiam sempre pedir o apoio aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. Isso num complemento da recomendação. -----

----- Esse recenseamento tinha um objetivo de dinamização do comércio local, existindo uma maior probabilidade do comércio local se manter. Eram quem estava mais próximo

da população, eram quem conhecia a realidade e promover essa realidade perante os fregueses e perante aqueles que os visitavam... se havia duas retrosarias na Freguesia, se calhar quem vivia ali não ia à Freguesia ao lado fazer esse trabalho. Esse era um dos objetivos. -----

----- No que dizia respeito à promoção, os meios que estavam ao alcance de um comércio local não estavam nem de perto nem de longe ao nível do grande comércio, não tinham possibilidade de fazer anúncios na rádio, na televisão e outros meios de comunicação. Ao ajudar o comércio local estavam a ajudar parte da população, estavam a fazer o papel como eleitos e Executivo da Freguesia. -----

----- Falou-se na questão de deixar o mercado funcionar, mas sabiam o que era a mão invisível do mercado e onde os levou, sabiam quem ficava sempre para último, eram as pessoas. -----

----- Também se falou que o Estado não podia ajudar as empresas, só que as grandes estavam sempre a ajudar, mas as pequenas não podiam. -----

----- Dito isso, deixava à consideração o voto por pontos e com as alterações. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a recomendação era votada com as alterações feitas pelo PS no ponto 3. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação “Pela promoção do comércio local e tradicional das Avenidas Novas”**, apresentada pela CDU, **rejeitar, por maioria**, com 8 votos contra (PSD e IL) 6 votos a favor (PS, Livre, BE, CDU e Chega) e 2 abstenções (CDS-PP), **tendo o Senhor Presidente da Assembleia utilizado o seu voto de qualidade contra**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação “Pela promoção do comércio local e tradicional das Avenidas Novas”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 12 votos contra (PSD, PS, IL e Chega), 2 votos a favor (CDU e BE) e 4 abstenções (CDS-PP e Livre) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Recomendação “Pela promoção do comércio local e tradicional das Avenidas Novas”**, com as alterações assinaladas, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, Livre, BE, CDU e Chega), 2 votos contra (IL) e 2 abstenções (CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Recomendação “Pela promoção do comércio local e tradicional das Avenidas Novas”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 12 votos contra (PSD, PS, IL e Chega), 1 voto a favor (CDU) e 5 abstenções (CDS-PP, Livre e BE) -----

----- (Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia deu posse ao cidadão Jorge Manuel dos Santos Freitas como Membro da Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas, que de imediato ocupou o seu lugar na bancada do PSD) -----

----- **Freguesa Isabel Varão** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite a todos. Cumprimento o Presidente e a Mesa da Assembleia de Freguesia, o Presidente do Executivo com os seus colaboradores e os dignos eleitos, além do público. Eu resolvi intervir relativamente à questão da recomendação que o meu camarada João Santos apresentou e estou a fazê-lo.* -----

----- *Como sabem, foi eleita uma comissão que analisou a problemática do Mercado do Bairro de Santos, o mercado municipal, e que chegou a determinadas conclusões. Sendo eu moradora do Bairro de Santos e verificando in loco que a maioria, se não a totalidade destas recomendações continuam por executar, do ponto de vista pessoal entendi que uma antiga eleita durante muitos anos tinha o dever de falar no assunto nesta Assembleia em nome do PCP, do qual também faço parte.* -----

----- *Como sabem, há lojas que estão danificadas do ponto de vista estrutural e cujo avanço do ponto de vista de obras, uma das primeiras e principais conclusões do*

relatório elaborado e que foi aprovado por unanimidade de todas as forças políticas que faziam parte da Assembleia de Freguesia, continuam exatamente na mesma situação. Todas aquelas pequenas lojas que estavam devolutas e que era importante, até ocorreu mais uma, continuam devolutas sem ter sido aberto concurso. Isso é que eu pedia ao Executivo da Junta atual, que esclarecesse se realmente já está aberto concurso, se não está aberto concurso e quando é que é previsível que esse concurso produza resultados. -----

----- Também outras recomendações, como por exemplo arranjar um local onde os próprios comerciantes pudessem descansar, pudessem comer as suas refeições, etc., o local de armazenamento do seu material, etc. Tudo isso eu não vejo evolução, vou questionando os próprios comerciantes diretamente, uma vez que encarei muito a sério este trabalho e realmente eles dizem que está tudo praticamente na mesma. -----

----- Portanto, eu vinha fazer um apelo pessoal, mas que é extensivo a muitas pessoas, podem crer, meus conhecidos, fregueses com quem eu me dou, que realmente aquele espaço não continue inutilizado, sem os objetivos, os tais 12 pontos, que aqui vem a referir-se muito explicitamente e que eu dispenso de relembrar, uma vez que sei que nomeadamente o Senhor Presidente está ciente de tudo isto e se não cumpriu outras razões objetivas devem ter contribuído para esse efeito. -----

----- O ponto final neste relatório dizia assim: "Por fim solicita-se ao Executivo que mantenha a Assembleia informada sobre o ponto de situação no desenvolvimento das recomendações". É esse apelo que eu, enquanto freguesa implicada nesta matéria, venho fazer ao Executivo desta Junta, que conhecendo como conheço o Senhor Presidente, considero que tem todas as condições para cumprir de facto aquilo que se propõe. -----

----- Há apenas um outro aspeto que eu gostaria de salientar. A dado passo foi referida uma moção, ou uma recomendação sobre segurança. Nos doze anos em que eu fui autarca, foram feitas duas reuniões em que estiveram todos os responsáveis da Cidade de Lisboa em matéria de segurança. Estou bem recordada. Estou ainda no rescaldo do desaparecimento da esquadra, embora possa admitir que a evolução dos tempos conduzirá a outras soluções. Assim será, nem ponho essa questão em relevo, mas uma coisa quero dizer e transmitir, que me foi pedido por comerciantes do Bairro do Rego, é que estão a aparecer novamente aqueles casais que convidam as pessoas idosas do Bairro do Rego a dar-lhes as joias e dinheiro, ou então a acompanhá-los ao multibanco mais próximo para fazerem levantamentos para lhe dar. Portanto, é um alerta que deixo a todos os autarcas e eleitos desta Assembleia. -----

----- Muito obrigada. "-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que em relação às lojas já entregaram duas chaves e iriam entregar mais. Em relação às duas do rés-do-chão, deviam estar em obras, a Câmara disse que brevemente ia completar as obras nessas duas lojas. Nesse aspeto podia ficar tranquila, que já entregaram duas chaves e iam entregar mais para aquilo não ficar morto. Exigiram um horário até às 18 horas, precisamente para que não fizessem aquilo que normalmente os lojistas faziam, chegavam às duas ou duas e meia e fechavam as lojas. Queriam aquilo aberto pelo menos até às 18 horas, havia a vantagem de ter ali um supermercado e afluía muita gente. -----

----- Sobre o resto tinha tomado devida nota. A Senhora Isabel já o conhecia, estaria atento a tudo e na altura própria transmitiria, porque a Senhora era uma boa observadora daquilo que se passava lá em cima no bairro. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que todos tinham recebido o documento e estavam à vontade para qualquer esclarecimento. -----

----- **Membro André Carrilho (PS)** disse que não faria um comentário geral sobre a informação escrita, faria apenas umas questões muito concretas. -----

----- A primeira era na página 18, registo da assiduidade, isso já tinha acontecido uma vez em novembro, tendo registadas 245 faltas injustificadas. Queria perguntar o que se passava, se tinha a ver com o problema do relógio de ponto ou se havia outra realidade que lhe estava a escapar. -----

----- Na página 27, procedimentos e contratação, notava que no terceiro trimestre desse ano havia um aumento notório da contratação pública. Foi também o trimestre das eleições autárquicas e queria perguntar ao Senhor Presidente se houve mais algum acontecimento relevante na realidade da Junta que justificasse um aumento tão grande na contratação pública nesse terceiro trimestre. -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que o Membro André Carrilho acabou por chamar a atenção para um dos pontos que também tinha identificado, a questão das faltas injustificadas, a repetir-se agora em novembro. Em setembro eram apenas 9, em outubro eram 16 e em novembro 245. -----

----- Parecia haver algum engano nos somatórios com gastos de reparação automóvel, mas depois poderiam verificar, os somatórios não batiam certo. Somando o valor total e gastos em manutenção estavam a falar de um valor superior a 33 mil euros, mas a verba apresentada na soma eram 29 mil euros. Parecia haver aí um erro mesmo de soma e queria acreditar que era, porque a julgar pelos números que tiveram acesso estariam a falar de um montante de 16 mil euros por viatura só em manutenção. Seria um erro manifesto, não estava a acreditar que houvesse 16 mil euros. Eram apresentados apenas os dados quanto a dois meses, mas analisando parecia haver um erro nesse ponto. -----

----- Chamava também à atenção para um erro na página 67, mas esse não permitia saber qual era a percentagem do valor pago em prestação de serviços. -----

----- O relatório referia a necessidade de uma intervenção estrutural no Mercado de Santos, ao identificar que foi processada a colocação de molas e silicone de forma a evitar a entrada de águas da chuva nas lojas 5, 13 e 15. A própria anterior Vogal com o pelouro da matéria, também pelas atas que tinha consultado, indicava que precisava de obras urgentes já em junho, sendo que esse desfecho provisório era algo previsível. Perguntava se estavam previstas intervenções mais estruturais e qual o calendário para as mesmas. -----

----- Um comentário ao facto de haver quatro funcionários no setor da higiene urbana com acidentes de trabalho, o rácio de acidentes de trabalho era o triplo da média nacional e, portanto, pedia especial atenção nessa matéria, se existia algum problema com o protocolo de segurança no desempenho das suas funções. -----

----- Solicitava também esclarecimentos em relação a mais algumas rubricas. Por exemplo na página 80 referia-se a verba de 388 mil euros nas melhorias de acessibilidade em diversos locais. A Assembleia ganharia em saber quais eram esses locais, até porque depois discriminavam outros locais e essa verba globalizada não sabiam exatamente a que se referia. -----

----- Tinha uma questão até um pouco extemporânea, mas no mandato passado foi aprovada uma proposta de passeadeiras de peões na Avenida dos Combatentes. Não se encontrava mencionada nesse documento charneira fornecido na Assembleia, nem se vislumbravam nele iniciativas dirigidas à execução. Solicitava também um ponto de situação quanto a essa matéria. -----

----- **Membro Francisco de Azevedo (CDS-PP)** disse que da parte do CDS era dar os parabéns ao Executivo pelo mandato nesses meses, altura em que entraram também em eleições e era uma gestão difícil. -----

Handwritten initials and marks in the top right corner, including a large 'M' and some illegible scribbles.

----- Havia alguns pontos que queriam ver esclarecidos, mais por uma questão de transparência. A primeira era que na frota da higiene urbana existiam viaturas, por exemplo uma viatura que se chamava Schmidt CG500, que teve custos de manutenção anuais acumulados superiores a 10 mil euros. A sua questão era saber o valor a partir do qual a Junta começava a pensar em abater a viatura, ou se iria manter com esse custo anualmente. -----

----- Nos CDCs tinha visto dois projetos como anulados, o espaço desportivo no Bairro Santos ao Rego e a otimização do sistema de rega, um deles com verbas de 800 mil euros. A sua questão era quais os motivos que levaram à anulação desses investimentos. -----

----- **Membro Sadik Cassam (IL)** disse que nos últimos três meses a Junta realizou oito reuniões e apresentou 65 propostas. O que interessava era a qualidade e cada reunião e cada proposta devia traduzir-se em resultados concretos para a Freguesia. -----

----- Na área social, os programas de apoios a famílias sem-abrigo e animais continuavam ativos. Isso era positivo, mas não bastava continuar, era essencial avaliar o impacto real dessas iniciativas na vida das pessoas. A prioridade era que cada euro gasto levasse benefícios tangíveis à comunidade. -----

----- Na educação e juventude, os projetos associativos que tinham em atividade e contribuindo para a formação e inclusão dos mais jovens. Esses projetos eram importantes, mas deviam ser continuamente avaliados da sua eficácia e relevância. -----

----- Financeiramente, os cerca de 280 mil euros em apoios exigiam rigor, transparência e eficiência. Não podiam apenas distribuir recursos, deviam garantir que cada decisão era responsável e gerava resultados mensuráveis. Com a Iniciativa Liberal no Executivo acompanhavam de perto essas decisões, garantindo que a Junta atuava com foco em resultados, boa gestão e respeito pelos recursos públicos. Assim se defendia o interesse da comunidade, menos política de rotina e mais resultados concretos. -----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que algumas questões já foram levantadas anteriormente e não ia referir novamente, mas nessa informação verificaram um bom plano de cultura e também um bom plano de atividades desportivas e culturais. O que perguntava era se esse plano seria para continuar nos próximos meses ou se houve alguma coisa nos últimos três meses do mandato que terminou, porque achava que era importante a cultura e o desporto serem consequentes e não apenas esporádicos. -----

----- Quanto aos pontos de situação dos CDCs, já ali foi referido mais do que uma vez, tanto pelo PS como pela CDU, que tinha de ir ao conhecimento dos eleitos e da população o que se passava com os CDCs, a sua execução. Estavam a iniciar um novo mandato e gostaria que o Executivo pensasse numa forma mais regular para que a execução dos CDCs fosse mais visível para os eleitos e para a população. Existia o site da Junta, poderia ser uma forma, ou através de informação para os eleitos. -----

----- Era referido que já estava um quiosque pronto a abrir, mas que tinha problemas de eletricidade e de água. Parecia que estavam a copiar o mesmo problema que já tiveram no outro quiosque na praça junto à escola básica no Bairro do Rego. Tinham sempre problemas de eletricidade e de água quando falavam de um quiosque e mais uma vez estavam a demorar na resolução desses problemas e a prejudicar o comércio local. Gostaria que tivessem mais atenção a essas coisas e que se resolvessem esses problemas rapidamente. -----

----- **Membro Rafael Guerreiro (BE)** disse que começava pela área dos apoios sociais, os dados apresentados pelo Executivo quanto ao último trimestre revelavam um número reduzido de beneficiários em vários programas de apoio psicossocial, apoio à medicação, apoio a pessoas com deficiência e nalguns casos falavam em situações prementes. Queria perceber se estavam perante uma baixa de procura ou, pelo contrário, se eram falhas na divulgação e nos critérios de acesso. -----

----- Em relação à juventude destacava a proposta de aconselhamento cultural, saber se essa medida era para avançar, a constar do Orçamento com meios adequados, transparentes e igualdade de acesso para todos os jovens da Freguesia. -----

----- No domínio do espaço público chamava à atenção para a iluminação pública, o registo de duas ocorrências num período alargado não correspondia à realidade sentida pelos fregueses, que continuavam a reportar falhas em vários arruamentos. Queria perceber a razão do número ser tão baixo. -----

----- No Mercado de Santos ao Rego, apesar de ter sido indicado que a situação de infiltração estava resolvida, tinham a informação de que existiam problemas de infiltrações. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que tinha notado a falta de fotografias do Senhor Presidente, só tinha contado quatro dessa vez, foi uma melhoria face ao anterior.

----- Havia duas questões que lhe chamaram a atenção. Uma era as novas instalações da UNANTI, que foi rescindido o contrato de arrendamento com as instalações atuais, coisa que até mereceu uma unanimidade no Executivo, o que já não era frequente nas decisões anteriores. Devia ser algo de força maior, mas que não era explicado e gostavam de perceber porque foi feita a rescisão do arrendamento atual. -----

----- Dizia-se que iam para um espaço da Santa Casa da Misericórdia, estava lá em pequenas notas e o que perguntava era se seria com cedência, com arrendamento, se iria pagar mais de renda ou menos, qual o valor da renda face ao atual, quem iria executar obras e quanto iria custar. -----

----- Outro aspeto tinha a ver com os CDCs. Era um tema de grandes questões no mandato anterior, mas no conjunto de CDCs que somavam quase três milhões de euros uma das iniciativas era a passagem do campo de jogos do Campo Pequeno para a transformar num campo de padel. Depois verificou-se que a Junta não fazia a gestão daquele espaço desportivo e esse projeto foi anulado. Agora verificavam que reaparecia novamente esse projeto, com uma despesa de 5800 euros para um termoacumulador para aquecer as águas e a informação que o espaço voltou para a gestão da Junta de Freguesia. -----

----- A pergunta era se iam voltar ao projeto anterior e transformar aquilo num campo de padel ou iam fazer outra coisa. Saber como estavam as relações com anterior concessionário, que pensava ser o Grupo Desportivo das Olaias, se havia algum compromisso com esse concessionário. Gostava de ouvir algumas explicações relativamente a essa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação ao que cada partido acabou de falar tinha tomado boa nota e iria responder ponto por ponto antes da Assembleia do dia 29. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que ao escolher as pessoas para integrar a Mesa da Assembleia de Freguesia tinha escolhido bem e queria desde já dar os parabéns à Paula, que estava em alerta permanente e acabou de avisar que havia um empate na votação do primeiro ponto da recomendação da CDU, com oito votos a favor e oito votos contra. Não gostava de usar o voto de qualidade, era uma coisa que lhe causava alguma urticária, mas nesse caso teria que usar e votava ao lado do PSD, mudando o seu sentido de voto de abstenção para voto contra. -----

----- Assim sendo, esse ponto foi rejeitado pela Assembleia de Freguesia. Assim se contornava uma situação caricata e mais uma vez o seu obrigado à Paula. -----

----- (O voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia já consta aquando da votação)-----

----- Continuando, disse que iriam entrar no ponto 2, sobre o Orçamento 2026 e Grandes Opções do Plano, mas essa documentação não foi recebida pelos eleitos da Assembleia

de Freguesia. No entanto, sabia que o Senhor Presidente queria dizer qualquer coisa sobre esse assunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** fez a seguinte declaração: -----

----- *“Senhoras e Senhores Eleitos.* -----

----- *Importa esclarecer de forma transparente o motivo pelo qual a proposta do Orçamento é apresentada neste momento. Nas últimas semanas, o funcionamento regular do Executivo esteve condicionado por fatores objetivos, designadamente a inexistência temporária de Tesoureiro e de direção financeira, o que impossibilitou a conclusão atempada de um documento que exige rigor técnico e responsabilidade financeira.* -----

----- *Assim que reunidas as condições necessárias, o Executivo procedeu à finalização da proposta, aprovada ainda hoje e apresentada a esta Assembleia. Entendemos, no entanto, que o Orçamento deve ser analisado com o tempo e a seriedade. Por esta razão, foi proposto que a votação ocorra no dia 29 de dezembro, garantindo a todas as forças políticas a possibilidade de leitura e análise. Nesse mesmo espírito de transparência e respeito institucional, encontra-se igualmente agendada para os próximos dias a reunião no âmbito do estatuto do direito de oposição, para analisarmos qualquer decisão final sobre o Orçamento.* -----

----- *Este calendário não resulta de atraso negligente, mas de uma opção responsável, apresentar um Orçamento tecnicamente sólido e assegurando que o debate político corra com a informação completa.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que o Orçamento estava nesse momento a ser distribuído a todas as forças políticas. Aquilo que ficou lavrado entre si e o Senhor Presidente da Junta era que perante essa situação, salvo o entendimento contrário por parte da Assembleia que era sempre soberana nas suas decisões, poder-se-ia agendar uma sessão de continuação para o dia 29 de dezembro, mas os Senhores eleitos teriam que pronunciar sobre isso. Seria enviado à mesma em formato digital para todos os eleitos.-----

----- **Membro João dos Santos (CDU)** disse que relativamente à Assembleia de continuação, pensava que não seria possível porque no seu caso iria estar de férias e na continuação não havia substituição. Se houvesse substituição não via qualquer problema, mas era só essa ressalva que queria fazer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que podia ser substituído.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o dia 29 parecia ser um dia pouco indicado, estavam a falar de um período de férias. Não estava em causa as substituições, mas era um período de férias natalícias, de família, nesse ano até com algumas pontes nesse período e não parecia muito razoável a realização de uma Assembleia entre o Natal e o Ano Novo.-----

----- Por outro lado, não podia ao convocar uma Assembleia saber se conseguia concluir naquele dia ou não e daí haver a figura da continuação, mas os documentos para essa Assembleia tinham um prazo para serem entregues e que nesse momento não foi cumprido. A questão era que os documentos não foram distribuídos para a atual Assembleia. O Orçamento não tinha que ser votado, mas tinha que ser apresentado e discutido até ao final do ano, só que no primeiro ano do mandato isso podia ser feito legalmente até março. -----

----- Na dúvida que tinha sobre poderem ter uma continuação sem haver os documentos no prazo legal da convocatória, deixava á consideração se não seria mais seguro para todos a convocação de uma Assembleia extraordinária para análise dos documentos previsionais por exemplo para o dia 5 de janeiro. -----

----- O PSD não se sentia confortável a analisar e votar na presente reunião documentos que faziam parte dos documentos previsionais para o ano 2026, o Mapa de Pessoal e a proposta genérica dos plurianuais, sem analisarem o Orçamento. Tudo isso era um bolo e pedia até que esses documentos fossem junto à proposta do Orçamento e discutirem todos no mesmo dia para poder ser feita uma análise global, porque era disso que se tratava. Eram documentos votados separadamente, mas que faziam parte de um todo. Não podia votar conscientemente uma proposta de Mapa de Pessoal sem saber qual era o Orçamento, que se calhar até podia ter mais postos de trabalho. -----

----- Havia um aumento de 12 postos de trabalho e ainda bem que finalmente com a previsão de dotação de chefes de divisão, que faziam toda a falta e tinha referido isso na sua intervenção na primeira Assembleia de Freguesia. -----

----- Portanto, assim de repente e sendo apanhado um pouco de surpresa com tudo isso, deixava essas considerações no sentido de terem a certeza que iriam tomar uma decisão legalmente admissível e que não pudesse ter outro tipo de consequências mais tarde. ----

----- Havia uma proposta para uma reunião do direito de oposição, mas se tinham o Orçamento aprovado pelo Executivo perguntava para que seria a reunião. Esses documentos eram distribuídos aos partidos antes de serem aprovados pelo Executivo, não numa fase final, mas numa fase já bastante avançada e consolidada, para os partidos se poderem pronunciar e eventualmente darem sugestões que o Executivo acolheria ou não. Uma reunião dessas depois de estar aprovado, aí sim não tinha muitas dúvidas que isso era ilegal. -----

----- O Executivo não tinha que aceitar nada daquilo que fosse dito na reunião do direito de oposição e o Senhor Presidente colocou o PSD como partido da oposição, da forma como foi a convocatória. Não sabia como se aprovava o Orçamento em Executivo sem cumprir o estatuto de oposição, que era obrigatório, e convocar as pessoas para três ou quatro dias depois da aprovação para se pronunciarem e darem sugestões. Quais sugestões se já foi aprovado? -----

----- Nessas condições, e não havia outro tipo de leituras possíveis, não valia a pena estarem em reunião, porque já estava aprovado. Não iam a uma reunião só para fazer nada e perder tempo. -----

----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse que fazia em parte suas as palavras do Membro Paulo Lopes. Compreendia perfeitamente que o Executivo não tivesse tido tempo de apresentar o Orçamento no primeiro ano e por isso mesmo a Lei previa a possibilidade de ser aprovado três meses após a tomada de posse. Permitiria perfeitamente fazer nos primeiros dias de janeiro, sem que isso tivesse um dano excessivo para a gestão da Junta de Freguesia. -----

----- Por outro lado, parecia mais respeitador do direito de oposição, do ponto de vista da lealdade no funcionamento das instituições. Aprovar um documento antes de o sujeitarem ao exercício desse direito não parecia o melhor caminho para garantir a sua aprovação. Portanto, sugeria que se usasse a distribuição que estava a ser feita nesse momento do documento como distribuição prévia e que seria alvo do direito de oposição por parte dos partidos. O PS iria exercer esse direito na próxima segunda-feira, mas sugeria que a Junta de Freguesia pelo menos voltasse a decidir e a pronunciar-se sobre esse instrumento antes da convocatória para uma próxima Assembleia para aprovação desse e dos outros documentos que o deviam acompanhar. -----

----- A sugestão que faria era que esquecessem o facto de terem nesse momento um instrumento para aprovação, pensando que tinham um instrumento para análise no exercício do direito de oposição, seria novamente aprovado em reunião de Junta para evitar vícios que tornassem mais difícil ainda a função dos vários órgãos da Freguesia, tendo em conta que podiam colaborar com um Orçamento que não ali aprovado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que após ouvir os partidos e de conferenciar com o Senhor Presidente, a proposta da Mesa era que se convocasse uma reunião da Assembleia de Freguesia de carácter extraordinário para o próximo dia 5 de janeiro pelas 20 horas com os atuais pontos 2, 3 e 4, como pontos 1, 2 e 3. -----

----- Tentaria que a reunião fosse nos Serviços Sociais da Administração Pública, era uma casa que pelo menos os mais antigos bem conheciam. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que se houvesse alguma alteração aos documentos que foram entregues ali seria responsabilidade do Executivo fazer chegar esses documentos em tempo útil aos Senhores Eleitos. -----

----- Imaginassem que o Senhor Presidente acolhia algumas propostas das forças políticas e em reunião de Executivo propunha uma alteração ao documento do Orçamento. Uma vez que não existia ainda o Orçamento aprovado, podia ser entregue um novo documento ou uma errata ao documento. Pensava que isso era confortável. Portanto, a convocatória seria feita nesses termos, sendo que a Assembleia de Freguesia teria que ser unânime na deliberação. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** perguntou se o Executivo assumia ali que iria apresentar uma nova proposta de Orçamento ou não. Essa era uma questão importante. -

----- Não tinha visto o Orçamento e não tinha qualquer tipo de comentário a fazer sobre ele nesse momento. O PSD foi convocado para dia 22, se o Orçamento viesse a ser apresentado na Assembleia pudesse ser diferente e pudesse haver uma reunião de Executivo para aprovar um novo Orçamento estavam disponíveis para ir à reunião de dia 22, mas o facto era que nesse momento tinham um Orçamento aprovado em Executivo e a pergunta era o que iriam fazer a uma reunião quando o Orçamento já estava aprovado. -----

----- Era uma situação perfeitamente surreal, estavam numa quinta-feira à noite para analisar um documento que era grande, num período natalício, para analisar até segunda-feira. Não parecia que isso fosse razoável. Havia Freguesias que distribuíam esse documento com quase duas semanas de antecedência em relação à reunião do direito de oposição. -----

----- Portanto, a questão era se o Executivo iria fazer uma nova reunião para aprovar o Orçamento ou se esse era o Orçamento que teriam para analisar e votar no dia 5. Essa questão era importante para saber se valia a pena ir a uma reunião só para perder tempo, ou se seria uma reunião construtiva e que podia provocar alterações positivas no Orçamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que após conferência com o Senhor Presidente da Junta o Executivo estava aberto a alterações que as forças políticas pudessem levar e caso fossem acolhidas essas propostas seria feita a devida nota e a devida errata ao documento para que fosse votado, refletindo as propostas que o Executivo considerasse como viáveis na reunião com as forças políticas. Era isso que o Senhor Presidente lhe acabou de transmitir. -----

----- No entanto, teria que haver uma reunião do Executivo para aprovar essas alterações. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o Executivo não tinha que aceitar rigorosamente nada, mas uma coisa sabia, a reunião do Executivo de aprovação do Orçamento tinha que ser feita após a reunião do estatuto da oposição. Se o Executivo não aceitasse nenhuma proposta e estava no seu direito de não aceitar nenhuma proposta não fazia mais nenhuma reunião e ficaria a atual, então teriam a reunião do direito de oposição após a reunião do Executivo e isso não fazia sentido nenhum. -----

----- A questão era clara, garantidamente o Executivo ia fazer uma reunião antes do dia 5 para aprovação do Orçamento e teriam que ser cumpridos os prazos a partir dessa reunião para a convocação da Assembleia de Freguesia. Isso era importante para garantir a seriedade do processo e, fosse qual fosse o Orçamento, que tivesse cumprido todos os procedimentos legais. Isso não obrigava a que o Executivo aceitasse uma alteração no Orçamento, podia ser exatamente o mesmo, mas tinha que fazer uma reunião e aprovar. Pensava que isso era claro.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que o que tinha sido transmitido pelo Senhor Presidente era que o Orçamento seria novamente analisado pelo Executivo após as reuniões do direito de oposição e também dos partidos que compunham a Coligação Por Ti Lisboa.-----

----- Submeteu à votação a **Proposta de convocação de uma Assembleia de Freguesia extraordinária para o próximo dia 5 de janeiro**, pelas 20 horas, em local a confirmar, com os três pontos já referidos, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 5 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício a tempo inteiro do Presidente da Junta;**-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era uma obrigação legal.-----

----- **Ponto 6 - Apreciação, Debate e Ratificação do Acordo de Transferência de Verba | Marchas Infantis das Escolas de Lisboa "Lisboa Cidade de Tradições - Alma de Lisboa";**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Acordo de Transferência de Verba | Marchas Infantis das Escolas de Lisboa "Lisboa Cidade de Tradições - Alma de Lisboa"**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 7 - Proposta para constituição de uma comissão para revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia;**-----

----- **A Senhora Primeira Secretária** disse que tinha feito a proposta de criação de uma comissão para revisão do Regimento porque era tradicional no primeiro mandato ser revisto ou elaborado um novo Regimento. Embora o Regimento estivesse genericamente bem, poderia ser de alguma forma melhorado. Uma vez criada a comissão, passariam a trabalhar no novo Regimento e seria aprovado quando fosse apresentado.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que não tinha nada contra a criação da comissão, mas tinham um Regimento que foi aprovado no mandato anterior e não via nenhuma alteração legislativa que tivesse a ver com o Regimento.-----

----- Tiveram uma reunião de revisão do Regimento no mandato anterior, que se não estava em erro foi proposta pelo Chega, e quando chegaram a vias de facto o Chega não tinha nenhuma proposta para apresentar e reuniram sem haver uma única proposta. A questão que perguntava era se havia uma proposta clara de alteração do Regimento, para saberem se era necessária a criação da comissão, contra a qual não tinham nada a opor, ou se haveria alterações para serem discutidas em sede de Assembleia de Freguesia, que até podia ser uma extraordinária, e votadas.-----

----- Estava a falar de um ponto ou dois. Se fosse uma alteração global, grande e estrutural do Regimento, obviamente que não, mas alterações pontuais que pudessem ser ali analisadas seria mais prático, mas não tinha nada contra a criação da comissão. Só gostaria de saber o que estava em causa para perceber se valia a pena fazer a comissão ou não.-----

----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse que haver uma comissão para revisão do Regimento só porque era tradição talvez não fosse a razão mais válida, até porque o Regimento tinha servido o seu propósito, não havia grandes contestações às normas do mesmo. Havia apenas uma nova força política na Assembleia, o Livre, e nem foi quem propôs. Parecia de facto um pouco extemporâneo. -----

----- Se eventualmente uma ou outra norma fosse identificada para uma atenção mais pormenorizada, concordava que talvez bastasse levar essas normas à Assembleia para uma alteração pontual ao Regimento. Se calhar havia outras áreas em que faria mais sentido uma comissão, com tudo o que isso implicava em termos logísticos e de disponibilidade. Recordava-se bem de todo o trabalho que deu a elaboração do Regimento que estava em vigor, o número de horas que vários elementos que participaram nessas reuniões dispensaram e que se ofereceram a esse exercício. Parecia ter um custo demasiado elevado para um retorno que nem sequer era previsível que viesse a ser algum. -----

----- **Membro João Godinho (Livre)** disse que, de facto, aguardaram para ouvir quais eram as linhas motrizes de ação que essa comissão iria tomar e ouviram que se pretendia uma melhoria, mas sem concretizar em que direção ou qual o sentido de urgência para esta alteração. -----

----- **Membro Pedro Duarte (Chega)** disse que em 2021, quando tinha pedido uma revisão do Regimento, tinha acabado de entrar e os profissionais da política tinham-lhe dito, nomeadamente o José Filipe, que era bom que houvesse porque o Regimento não era revisto há uma data de tempo e essa foi uma razão suficiente. -----

----- Sendo ou não uma tradição de rever o Regimento todos os anos, aquilo que lhe foi explicado e estava a ser também objeto de uma Assembleia Municipal era que fazia parte também de um balanço dos últimos quatro anos, quais os pontos que os eleitos que por ali passaram achavam que se poderiam encontrar para rever. -----

----- A comissão teve muitos meses de trabalho e a reunir para fazer, se calhar a abertura de uma nova comissão e chegar à conclusão que era uma alteração de um ponto ou outro, às vezes podia-se sempre melhorar o Regimento. Não com uma estrutura tão grande como fizeram da outra vez, mas em pequenos pontos. Era isso que a Assembleia Municipal estava a fazer e não via a razão da Assembleia de Freguesia não fazer. Pelo Chega era aprovado. -----

----- **A Senhora Primeira Secretária** disse que na tomada de posse tinha ido analisar o Regimento e a legislação aplicada às autarquias locais e às Juntas de Freguesia em particular. Apesar de ser licenciada em direito há 40 anos, a sua experiência era de setor público e, portanto, queria conhecer o que se passava. Aquilo que tinha percebido era que o Regimento geria o funcionamento da Assembleia, pegando naquilo que estava na Lei. O que sabiam era que a Lei estava dispersa por inúmeros diplomas, alguns com técnica legislativa bastante deficiente. O Regimento servia, para quem não tinha formação jurídica, para poder seguir e perceber qual era a lógica do funcionamento. -----

----- Já tivera oportunidade de elaborar aquilo que seria uma minuta e poderia circular pelos Membros da Assembleia, desenvolvia alguns artigos e era interessante as pessoas perceberem quais as competências específicas da Assembleia de Freguesia e qual o seu modo de funcionamento. Poderia depois particularizar. Tivera algumas dúvidas e optara por uma determinada sistematização, todos os artigos que tinha colocado X e X podiam ser alterados a qualquer momento e estava perfeitamente disponível para discutir em sede de comissão, se fosse aprovada, a revisão do Regimento, mas deixava à consideração da Assembleia que era soberana nessa matéria. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que tinha sido coordenador da comissão de revisão do Regimento, já tinha falado com alguns Membros. O entendimento da

comissão na altura foi rigorosamente ao contrário do que a Paula colocou ali, que era correto e perfeitamente viável. Tentava concretizar ao máximo o Regimento, seguindo em grande parte aquilo que a Lei permitia que o Regimento organizasse, tentando um documento mais simples. Poderiam ter uma posição intermédia, fazerem uma reunião com os líderes de bancada sobre o assunto e ver qual era o caminho a seguir, analisavam em reunião prévia para ver qual era o entendimento da Assembleia para uma proposta mais concreta de trabalho. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que por essas palavras estaria a propor uma conferência de líderes.-----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que podia ser. A questão do termo era indiferente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que seria uma conferência de líderes, uma comissão permanente com os líderes das bancadas. A questão era que se havia essa proposta teria que ser votada. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** explicou que não tinha colocado nesses termos, era um reunião que diria quase informal, mas podia-se criar uma comissão permanente de líderes e reuniria quando necessário, não via nada contra. -----

----- **Membro Luis Pinheiro (PS)** disse que achava uma proposta interessante, essa reunião podia levar a tomar uma decisão mais ponderada. Propunha que fosse retirado esse ponto da agenda e marcar uma reunião que era informal e não tinha que ser ali aprovada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria promover essa reunião. Caso estivessem de acordo, pediria ao Senhor Presidente da Junta que gentilmente cedesse o salão nobre para poderem reunir no dia 5 de janeiro às 18 horas. Ficavam convocados os líderes das respetivas bancadas. -----

----- O ponto era retirado. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e quinze minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----

